



*Luxembourg Presidency
of the Council of the European Union*

Imagens e percepções da pobreza

**4º Encontro Europeu de Pessoas que Vivem em Situação de
Pobreza
Bruxelas, 10 e 11 de Julho de 2005**

Relatório

Apoios:
Comissão Europeia
Governo Belga
Governo Austríaco

Organização:
EAPN - European Anti-Poverty Network

Relator: Léopold VEREECKEN

Agradecimentos:
Coordenação - Micheline GERONDAL
Fotografia - Matthias HOREMANS

Tradução: Armandina HELENO

ÍNDICE

Introdução

Sessão de Abertura

- Bruno GONÇALVES, participante do 3º Encontro, Portugal
- Marie-Josée JACOBS, Ministra da Família e da Integração, Luxemburgo
- Christian DUPONT, Ministro da Função Pública, Integração Social, Política Urbana e Igualdade de Oportunidades, Bélgica
- Ursula HAUBNER, Ministra Federal da Segurança Social, Gerações e Protecção do Consumidor, Áustria
- Odile QUINTIN, Directora-Geral, Comissão Europeia, DG Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades

Follow-up dos debates dos três Encontros precedentes em torno dos seguintes temas:

- Emprego e Formação Profissional
Jozef NIEMIEC, Secretário-Geral da Confederação Europeia dos Sindicatos
- Discriminação e Racismo
Cherry SHORT, Centro para a Igualdade Racial, Reino Unido
- Liberalização dos Serviços
Raymond MAES, Comissão Europeia, DG Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades
- Apoio a estruturas e mecanismos para combater a pobreza e a exclusão
Judit RÉZMÚVES, Vice-presidente do Comité de Protecção Social

Situação nos Estados Membros e Apresentação da Eurochild

Workshops

- Testemunhos
- Ideias chave
- Sínteses
- Recomendações e questões

Debate – Comentários e resposta a questões

- Jérôme VIGNON, Director, Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades, Comissão Europeia
- Tom MULHERIN, Presidente do Comité de Protecção Social
- Brigitte WEINANDY, Ministério da Família e da Integração (Luxemburgo), membro do Comité de Protecção Social
- Johan VANDENBUSSCHE, Ministério da Função Pública, da Integração Social, da Igualdade de Oportunidades e da Política Urbana (Bélgica)
- Edeltraud GLETTLER, Directora para os Assuntos Europeus e Internacionais junto do Ministério da Segurança Social, Gerações e Protecção do Consumidor, membro do Comité de Protecção Social (Áustria)
- Ludo HOREMANS, Vice-Presidente da EAPN

Conclusões

- Marie-Josée JACOBS, Ministra da Família e da Integração, representada por Brigitte WEINANDY, Luxemburgo
- Maria MARINAKOU, Presidente da EAPN
- Professor Gaston SCHABER, Presidente do 4º Encontro

Síntese do 4º Encontro

“O importante é participar”

Esta expressão usada por Pierre de Coubertin adquiriu uma nova legitimidade na medida em que reflecte o que os delgados deste 4º Encontro não pararam de repetir: o importante é participar nos Encontros Europeus, estar presente para dizer o que é a pobreza, estar presente para constatar que a pobreza não é uma fatalidade, que não há lugar para a culpabilização e que as pessoas que experienciam a pobreza são capazes, não só de se fazerem ouvir, mas também de terem um espírito crítico e de agir.

No decorrer deste Encontro, o seu testemunho permitiu abordar a imagem da pobreza – a imagem que têm os próprios cidadãos vítimas da pobreza e a imagem que é formada pelos outros.

Unanimidade

Foi unânime que a imagem da pobreza é frequentemente estereotipada e de uma maneira geral distorcida, e que os *media* tendem a abordá-la segundo uma perspectiva sensacionalista e sazonal.

Foi também do acordo geral que os actuais PNAI's são pouco acessíveis e que as pessoas em situação de pobreza devem ser envolvidas desde a fase de elaboração até à avaliação. Em alguns Estados Membros, o diálogo foi já iniciado, necessitando apenas de ser desenvolvido.

Houve uma concordância generalizada no que se refere à existência de boas práticas e que diferentes tipos de interlocutores e jornalistas podem ser aliados na luta contra a pobreza. Que por todo o lado há profissionais com princípios éticos que podem entender o que é a pobreza, e que muitos interlocutores poderiam receber formação dos chamados “peritos em experiência”¹, como está a acontecer na Bélgica.

Questões em aberto

Questões pendentes dos Encontros anteriores – emprego, discriminação e racismo, liberalização dos serviços e apoio a mecanismos e redes anti-pobreza – foram clarificadas e actualizadas, mas ainda não totalmente explorados.

O acesso ao emprego continua a ser problemático; já não são apenas os desempregados que são pobres, mas também aqueles que trabalham: **existem actualmente 14 milhões de trabalhadores pobres na Europa**. São números desconcertantes que lançam uma séria dúvida sobre a efusão de *slogans* como “empregos e crescimento são uma forma de combater a pobreza”. Mais crescimento e mais emprego não significam menos pobreza. Se esta constatação se confirmar, a Comissão garantiu que agirá junto dos governos.

¹ Pessoas que experienciaram a pobreza receberam formação para intervirem como *mediadores* entre as pessoas que vivem em situação de pobreza e os diversos organismos e serviços.

Os sindicatos estão plenamente envolvidos na luta contra a pobreza, em colaboração com todos os actores sociais e políticos. A imperativa necessidade de estabelecer um rendimento mínimo foi colocada como uma prioridade, enfaticamente apoiada pela Comissão Europeia.

A exclusão social é ainda maior quando se trata de imigrantes e minorias.

A luta contra a pobreza não deve ser separada da luta contra a discriminação e o racismo que, a Comissão assinalou como uma questão de direitos para os imigrantes a residir legalmente na Europa.

Liberalização dos serviços constituiu uma outra preocupação: apesar do debate sobre o conceito de serviços de interesse geral continuar, e existir uma referência europeia aos serviços como a electricidade e a água que devem continuar a custos acessíveis, o facto é que nenhum destes serviços está liberalizado. A União Europeia pode apenas lembrar os governos sobre a necessidade de desempenhar as suas responsabilidades reguladoras para o provimento de “bens universais”.

E os serviços sociais e de saúde? Houve um acordo geral que os serviços sociais e de saúde não devem entrar no quadro da directiva europeia sobre os serviços no Mercado interno.

Reforçar a eficácia das redes que lutam contra a pobreza, especialmente através de um maior financiamento.

E a Participação das pessoas que vivem situação de pobreza?

O NÃO Francês e Holandês ao Tratado Constitucional traduzem-se mais num défice de comunicação e informação e relembram a importância do nível local, numa Europa que não pára de crescer, do que numa “machadada” no projecto Europeu. Em matéria de luta contra a pobreza, este nível de decisão e de participação é fundamental.

Na luta contra a pobreza, está a emergir e a desenvolver-se um circuito (sanguíneo) associativo partindo do nível local para o europeu: estão a desenvolver-se redes que permitem que o fluxo circule nos dois sentidos – para baixo e para cima; estas redes são ainda insuficientes; necessitam de ser reforçadas, no sentido de consolidarem o diálogo que está em curso. Promover a participação consiste também na criação de estruturas e mecanismos que fazem circular o sangue no corpo (social).

O diálogo deve estabelecer-se na Europa, mas deve também estabelecer-se com contactos chave e os políticos locais que também projectam a imagem da pobreza e podem-no fazer negativamente através dos números, ou positivamente através da adopção de políticas concertadas.

O nível local, as redes associativas, o diálogo permanente entre as pessoas em situação de pobreza, as suas organizações e os decisores políticos, o conhecimento e a experiência como alicerces de uma nova Europa social e solidária, onde a luta contra a pobreza é integrada – *mainstreamed* – em todos os domínios onde há exclusão – foi isto que se disse e aconteceu no 4º Encontro. Todos os participantes aprenderam algo, todos tinham alguma coisa para partilhar, todos podiam e queriam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

Mas afinal onde é que está o impasse?

Provavelmente algures entre:

- A formação de trabalhadores sociais e o ensino de métodos de cooperação.
- A sensibilização dos funcionários de primeira linha.
- Um *mainstreaming* demasiado hesitante, isto é, a integração insuficiente dos actores que influenciam a produção da pobreza, como o sistema de justiça criminal, a educação (do básico à especialização) a esfera de provisão de serviços, a mobilidade e transporte, o planeamento e desenvolvimento urbano... para citar apenas os mais óbvios.
- O demolir do muro do medo de cair na pobreza: manipulados por certos *media* superficiais, sensacionalistas, comerciais e por vezes pouco independentes, o cidadão anónimo quer continuar a manter-se livre da pobreza. Esta ilusão que não resiste ao choque da realidade da pobreza, que mostra o quão ténue é a linha entre a inclusão e a exclusão social, deixando o cidadão anónimo, na incerteza se amanhã será ele o excluído.

A grande inovação do 4º Encontro deve-se ao facto de ter aberto o diálogo entre os “embaixadores” das pessoas que vivem em situação de pobreza e os “convidados”, interlocutores aos níveis oficiais e decisores. Em conjunto, afirmaram que o diálogo deve continuar: “compreendemo-nos melhor quando falamos cara a cara” e que a Estratégia Europeia de Lisboa deve prosseguir.

Pobreza é...

Quando toda a gente, a nossa família, a sociedade nos vira as costas.

Quando o dia a dia é muito duro.

Não poder planificar ou tomar decisões.

Não viver... apenas existir.

Perder a nossa dignidade.

Ser excluído da sociedade todos os dias.

Pior que tudo, não ter direitos, ter apenas obrigações.

Extractos do vídeo do 3º Encontro

Introdução

No primeiro semestre de 2001, durante a Presidência Belga da União Europeia, o Ministro da Integração Social, Vande Lanotte, lançou a ideia de um Encontro Europeu para pessoas que vivem em situação de pobreza subordinado ao tema: “Nós também participamos na Europa”.

Este projecto inseria-se no âmbito da Estratégia de Lisboa, acordada em 2000, e centrada na erradicação da pobreza na União Europeia até 2010. A Estratégia foi consolidada em 2002, na Cimeira de Nice, por objectivos que incluíam a mobilização **de todos os actores, incluindo as pessoas que vivem em situação de pobreza.**

Assim, em Dezembro de 2001 teve lugar em Bruxelas o 1º *Encontro das Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza*. Durante dois dias, delegados de diferentes países da União Europeia trocaram ideias sobre o tema da participação tendo como pano de fundo a habitação, o emprego, o rendimento e a saúde. No final do Encontro, os delegados apelaram para que este processo de intercâmbio tivesse continuidade, e o Ministro Belga comprometeu-se a organizar o 2º Encontro.

Em 2003, a Presidência Grega aceitou retomar a iniciativa e apoiou o projecto de Encontros Europeus anuais. As delegações voltaram a Bruxelas para falarem da participação e, sobretudo, para identificarem obstáculos e incentivos à participação.

A importância da participação das pessoas em situação de pobreza na implementação da Estratégia de Lisboa tornou-se clara: as boas práticas participativas aumentam a pertinência das decisões e a implementação dos processos.

Foi organizado um 3º Encontro no âmbito da Presidência Irlandesa em 2004, dirigido a estas boas práticas participativas. O processo de diálogo consolidou-se e os Encontros passaram a fazer parte da agenda europeia.

Este ano, a Presidência Luxemburguesa retomou a iniciativa, organizando o 4º Encontro sobre o tema: **Imagens e percepções da pobreza.**

Finalidade e objectivos do 4º Encontro

Estes encontros inscrevem-se na implementação da Estratégia Europeia para a Inclusão Social, baseada no Método Aberto de Coordenação que tem como componente principal os Planos Nacionais para a Inclusão – PNAI's.

Imagens e percepções da pobreza, porquê este tema?

Nos Encontros Europeus de 2001 a 2003 a percepção da pobreza apareceu com tanta frequência que este tema teria que ser abordado com maior profundidade. Assim, a finalidade do 4º Encontro é desenvolver o tema **imagem e percepções da pobreza** e o impacto que estas percepções têm no desenvolvimento e na implementação da Estratégia Europeia para a Inclusão Social, de forma a que aqueles que determinam estas percepções contribuam para a luta contra a pobreza e a exclusão social.

Objectivos do 4º Encontro:

- Desenvolver um processo criativo de aprendizagem e um espaço de reflexão onde os participantes possam partilhar experiências de participação e assim aumentar a sua implicação social.
- Aumentar a capacidade dos participantes contribuírem para o trabalho das ONG's que intervêm no domínio da luta contra a pobreza e a exclusão e envolverem-se com representantes de entidades públicas e outros actores sociais.
- Promover o envolvimento das pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão, através das organizações nas quais participam, no desenvolvimento, implementação e avaliação dos Planos Nacionais para a Inclusão.
- Aumentar o envolvimento das instituições europeias na sua implicação com as pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão, através das organizações nas quais participam, na elaboração e implementação de políticas a todos os níveis.
- Avançar no diálogo entre as pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão social e os representantes das instituições europeias, decisores políticos, e outros actores relevantes implicados na luta contra a pobreza e a exclusão social.

O Encontro não substitui o trabalho desenvolvido por numerosas organizações e redes que lutam com as pessoas que vivem em situação de pobreza; pelo contrário, é um reconhecimento por parte da Presidência da União Europeia, da importância da voz das pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão, e ilustra o envolvimento europeu, ao lado de redes estruturadas que facilitam a implicação social destas pessoas.

Para organizar o 4º Encontro,

- A Presidência Luxemburguesa constituiu uma Comissão Organizadora com representantes do Ministério Luxemburguês da Família e da Integração, de representantes dos governos da Bélgica e da Áustria (que presidirá à União Europeia no primeiro semestre de 2006 e organizará o 5º Encontro), da Comissão Europeia, da EAPN, da ATD Quart Monde e da FEANTSA.
- Em cada Estado Membro, foram designados coordenadores a fim de contribuírem para a planificação do Encontro e a preparação dos delegados.
- A EAPN ficou responsável por apoiar a Comissão Organizadora no desenvolvimento dos conteúdos, metodologias e na logística do 4º Encontro.

O tempo e os meios destinados aos processos de preparação nacionais constituem uma inovação na organização destes Encontros e demonstraram toda a sua eficácia.

Bruno GONÇALVES, participante do 3º Encontro (Portugal)

Antes de mais, gostaria de agradecer a oportunidade que me foi dada para fazer esta intervenção, em meu nome pessoal e em nome da delegação portuguesa presente neste Encontro. É uma honra e um privilégio poder fazê-la. Pediram-me para fazer uma curta intervenção sobre a minha experiência no 3º Encontro, realizado o ano passado, e sobre as minhas expectativas para este 4º Encontro.

Relembro desde já, que a pessoa que o ano passado realizou esta mesma tarefa, finalizou a sua intervenção, declarando que: *“cada um de nós era embaixador do seu próprio país”* e que *“ tinha a certeza de que todos estávamos orgulhosos desse papel”*. De facto cada um de nós que aqui se encontra tem uma grande responsabilidade, não apenas porque representa o seu país, mas porque é também porta-voz da sua própria condição social, do seu grupo, e das inúmeras pessoas que neste Continente experimentam ou experimentaram situações de pobreza e/ou exclusão social e que normalmente nunca são ouvidas.

Iremos assistir a um vídeo, com depoimentos de cidadãos europeus que passaram por estas situações. É de facto um documento impressionante. Constitui um testemunho que revela a enorme tarefa que nos espera, não só às ONG's, aos políticos de cada um dos Estados Membros ou à Comissão Europeia, mas a todos os Europeus. Todos sem excepção. Só assim poderemos atingir os objectivos da Cimeira de Lisboa, que, em 2000, definiu uma estratégia comunitária que tivesse impacto decisivo na erradicação da pobreza nos países da União até 2010.

No que à Estratégia Europeia diz respeito, elaboraram-se os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão em cada um dos nossos países, enquanto instrumentos de trabalho fundamentais para a concretização destas estratégias. Encontramo-nos em 2005, sensivelmente a meio termo do prazo definido para a erradicação da pobreza. Pergunto desde já: qual é o balanço? O que foi realizado até agora é suficiente para atingirmos o objectivo definido para 2010? E se não é assim, de que é que estamos à espera? **68 milhões de pobres não é já um número suficientemente escandaloso para mobilizar as sociedades europeias para este problema?** Quantos mais pobres serão precisos para que a União Europeia transforme o combate à pobreza numa prioridade de facto? Não quero de forma alguma deixar aqui uma mensagem pessimista, mas gostaria de questionar todos os presentes se efectivamente nos encontrámos no bom caminho? Aproveito naturalmente esta oportunidade para aqui apresentar o meu próprio testemunho.

Sou português, cigano e europeu.

Ao apresentar-me nesta ordem não lhe quero atribuir nenhuma espécie de importância, poderia começar por dizer que sou membro de um povo presente em todos os países da actual União Europeia e que, o recente alargamento da União teve uma especial importância para o meu povo. A partir de 2007, com a entrada da Bulgária e da Roménia seremos aproximadamente 10 milhões de cidadãos ciganos na UE.

Na verdade creio que nós os ciganos, sempre tivemos esta dimensão europeia, muito antes do Tratado de Roma, muito antes até da definição das nossas actuais fronteiras. Na verdade, para nós, a Europa de certa forma, nunca teve fronteiras. Estamos em Portugal e na Europa há cerca de 500 anos. Sempre fomos um povo migrante, sempre à procura de novos horizontes. Mas também sempre enfrentamos as maiores situações de pobreza e exclusão social. Fomos vítimas de toda a espécie de discriminação e de exclusão, de segregação e até de extermínio. Não fomos infelizmente os únicos, mas somos porventura aqueles que há mais tempo tentámos ser cidadãos de pleno direito e a quem é negada persistentemente essa possibilidade.

A União Europeia com 25 membros e, brevemente, a 27, abriu-nos outras possibilidades, aumentou-nos a mobilidade, a possibilidade de inclusão social através do emprego, da habitação, da saúde, da educação e da participação cidadã. Mas há ainda muito por fazer.

Acredito que, só através de uma Europa com preocupações sociais, que garanta o acesso e o direito de todos os povos aos princípios básicos de uma existência digna, que permitam que qualquer cidadão que viva neste Continente, independentemente do Estado Membro, da pertença a uma qualquer minoria étnica, a uma qualquer religião ou género possam usufruir de uma cidadania europeia em pleno. Cidadania que tem necessariamente que contemplar a existência prioritária de trabalho, educação e habitação para todos.

É isto que eu espero da Europa. Uma Europa verdadeiramente social. Uma Europa que preserve a suas diferenças na sua diversidade cultural e étnica, com iguais direitos e com a possibilidade dos seus cidadãos poderem participar em todas as dimensões da vida e que a sua voz possa chegar a todas as instâncias locais, nacionais e europeias. Só assim seremos uma verdadeira União Europeia.

Voltando à minha participação, no ano passado, no 3º Encontro, julgo ter encontrado aqui muitos testemunhos do que se passa nos outros Estados Membros. Ficou-me a sensação que havia muito mais para dizer, muito mais para discutir, muitas ideias por concretizar, muitas boas e más práticas por identificar. Mas dois dias não dariam para muito mais.

No entanto, penso que esta foi uma grande oportunidade para todas as pessoas que, como eu, experimentam ou experimentaram situações de pobreza e/ou exclusão social. Fomos durante esses dois dias os porta-vozes de grupos de pessoas, que possivelmente nunca acreditaram nem acreditarão que algum dia a sua voz possa chegar a qualquer instância nacional e muito menos acreditam que ela possa chegar a Bruxelas.

Cumpre-nos a nós – e daí a nossa responsabilidade – contrariar essas opiniões. Eu sei que não nos podemos auto-designar como os porta-vozes dos pobres e dos excluídos. Não temos essa legitimidade, independentemente de termos sido eleitos ou designados em assembleias ou reuniões alargadas em cada um dos nossos países, não somos os representantes destas pessoas. Mas somos, no entanto algumas das pessoas que vivem ou viveram determinadas situações sociais que nos retiraram os nossos direitos como cidadãos europeus e que temos uma

oportunidade, talvez única na vida, de participar num evento com estas características. Mas é também por esta razão que temos efectivamente o dever de, depois deste Encontro, fazer tudo que estiver ao nosso alcance para dar continuidade a este processo. É nosso dever insistir com todos os responsáveis políticos aos diferentes níveis na necessidade de dar continuidade, com conteúdo e expressão à participação das pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão social. É necessário fazer valer e tornar real o princípio que foi declarado nos três Encontros anteriores – **Também nós participamos na Europa!**

Gostaria ainda de salientar a importância do tema escolhido para este quarto encontro – A imagem da pobreza. Na realidade, penso ser de extrema relevância e importância abordar esta temática. É muito difícil combater a pobreza e promover o envolvimento de todos os actores nesta tarefa, quando uma boa parte das sociedades europeias continua a ter uma imagem negativa sobre a pobreza e sobre os pobres. É extremamente difícil fazer acreditar as pessoas que vivem em situação de pobreza que é possível alterar a sua condição quando a imagem que é permanentemente transmitida é a de uma condenação e até responsabilização dos próprios pobres pela situação em que se encontram.

Combater a pobreza tem que ser uma tarefa colectiva e quotidiana. Para criar as condições necessárias a uma sociedade favorável ao combate e erradicação da pobreza é urgente transmitir imagens diferentes da pobreza. Imagens que possam demonstrar que outro mundo é possível. E para esta tarefa é indispensável que sejam as próprias pessoas que vivem em situação de pobreza as primeiras a tomar a palavra. É absolutamente fulcral que se entendam e partilhem as razões explicativas da pobreza, desmistificando preconceitos e estereótipos que, normalmente, mais não fazem do que remeter ainda mais para as margens todos aqueles que por uma razão ou por outra se vêem confrontados com a pobreza e a exclusão social.

Antes de terminar, gostaria de deixar um provérbio cigano, que diz:

“Mesmo que montes o cavalo virado para a cauda, ele andar sempre para a frente”.

Este é exactamente o caminho a seguir para a construção de uma Europa. Construção que está na mão de todos nós e que só pode ser real desta maneira. A todos desejo um bom trabalho, e agradeço uma vez mais esta oportunidade.

Marie-Josée JACOBS, Ministra da Família e da Integração, Luxemburgo

Há um ano atrás, tive a honra de ser convidada para estar presente na Sessão de Abertura do “3º Encontro Europeu de Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza”, organizado pela Presidência Irlandesa da União Europeia. Ao dirigir-me aos participantes do 3º Encontro, em Maio de 2004, dei-lhes a conhecer a minha intenção de, em 2005, organizar o 4º Encontro no âmbito da Presidência Luxemburguesa da UE.

Penso que posso dizer que este 4º Encontro comprova o facto de que este tipo de Encontros começa a institucionalizar-se verdadeiramente, enquanto elemento essencial do processo de inclusão social comunitário.

Se a Presidência Luxemburguesa está de certa forma a contribuir para esta institucionalização, é também graças aos múltiplos apoios que tem recebido. Este apoio veio da parte do Governos da Bélgica e da Áustria e da Direcção Geral do Emprego e dos Assuntos Sociais da Comissão Europeia. A todos agradeço o empenho e o compromisso para com este 4º Encontro. Tenho também de saudar a EAPN, pelo seu precioso trabalho, que tornou possível a realização deste encontro, assim como as delegações nacionais e os seus coordenadores.

Tal como os que o precederam, o 4º Encontro aborda um dos quatro objectivos comuns, adoptados pela União Europeia em matéria de luta contra a pobreza. Este objectivo apela à mobilização de todos os actores e apela aos Estados Membros que promovam a participação das pessoas que vivem em situação de pobreza, podendo assim pronunciarem-se sobre a sua situação e as medidas que lhes são dirigidas.

Eu organizei este 4º Encontro para demonstrar o meu compromisso com este objectivo, um compromisso baseado numa convicção profunda, expressa em palavras pelo Professor O' Cinnéide da University de Maynooth, na Irlanda, que presidiu o 3º Encontro:

“Os estrategas políticos, por melhor intencionados e melhor informados que sejam, não podem pretender elaborar medidas, programas ou práticas para lutar contra a pobreza, sem terem uma ideia do que é a pobreza, uma vez que as únicas pessoas que podem falar sobre este fenómeno são aquelas que o vivem no seu quotidiano”.

Odile Quintin exprimiu-se no mesmo sentido no decurso do 3º Encontro, quando disse que: *“A época em que as políticas eram elaboradas por uma mão cheia de funcionários que “sabiam” o que era melhor, acabou. Hoje, a palavra das pessoas afectadas pela pobreza tem mais peso sobre as decisões políticas”.*

Durante os dois dias do Encontro, os membros das numerosas delegações nacionais tomarão a palavra para falarem enquanto embaixadores dos cidadãos desfavorecidos da União Europeia, cujo número continua a ser preocupante.

O tema que será debatido ao longo do 4º Encontro é o da imagem da pobreza e o impacto desta imagem nas políticas de inclusão.
Que temática tão vasta!

Começarei por introduzir este tema através de duas citações do grande filósofo francês, Paul Ricoeur, que faleceu no passado mês de Maio.

A primeira citação revela o humanismo de Paul Ricoeur: *“O caminho mais curto de mim, para mim próprio, é através de outra pessoa”.*

A segunda citação sintetiza o tema do 4º Encontro. *“As percepções dos outros podem libertar-nos, mas também aprisionar-nos.”*

As pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão social são muitas vezes encarceradas pela imagem que delas se forma pelas percepções de outros – as percepções daqueles que não sabem o que é a pobreza.

No âmbito da organização deste 4º Encontro, a EAPN compilou um documento com as intervenções dos participantes sobre determinadas questões, durante os três primeiros Encontros. Nesta compilação pode ler-se a seguinte frase (simples mas autêntica): *“A imagem dos pobres não corresponde à realidade”*.

Com efeito, muitas vezes – demasiadas vezes até – a imagem da pessoa pobre é estereotipada. Ilustrarei estas representações negativas com um exemplo que conheço bem, enquanto Ministra responsável pelo Rendimento Mínimo Garantido.

Desde 1986, o Luxemburgo tem implementado o rendimento mínimo garantido, frequentemente designado pela sua abreviatura RMG. É um princípio fundador da legitimidade democrática, que os indivíduos exerçam a sua cidadania e participem na vida da comunidade fazendo valer os seus direitos. Mas, 19 anos após ter sido criado, o direito a um rendimento mínimo continua a estar ligado a processos de rotulagem social. Este tipo de rotulagem constitui um atentado à identidade daqueles que fazem valer o seu direito ao rendimento mínimo garantido: é-lhes atribuído o estatuto de RMGs (subsídio-dependentes, indivíduos que vivem à custa dos outros). Este estatuto estigmatiza-os e distorce a percepção das realidades sociais. Esta etiquetagem constitui um atentado à identidade das pessoas que fazem valer o seu direito a um rendimento mínimo; é como se fossem rotuladas como uma categoria de pessoas à parte, mesmo sendo um grupo heterogéneo como qualquer outro.

Vendo o indivíduo apenas como um “subsídio-dependente” a sua identidade e a sua própria imagem é questionada: um aspecto da sua situação, nomeadamente o problema de insuficiência de recursos, determina quem ele é no seu todo!

Parafraseando Paul Ricoeur: *“As percepções dos outros enclausuram o indivíduo na imagem do “RMG”*.

Muitos de vós sofre desta clausura. E também sabem como é difícil libertarem-se dela: sois indivíduos únicos, diferentes de qualquer outro, mas continuam a atribuir-vos a imagem de subsídio-dependentes.

Podeis saber cantar ou tricotar, sereis atletas bem sucedidos ou tocar violino como Paganini, sois mães, pais, irmãs, irmãos, sindicalistas empenhados, feministas decididas, pessoas sérias e optimistas...., aos olhos dos outros sereis sempre subsídio-dependentes ou RMGs.

Opor-me-ei sempre à utilização deste termo e à imagem que ele veicula, porque esta imagem é redutora e despersonalizante.

Existe uma razão para que o Encontro que nos traz aqui hoje se denomine “Encontro de pessoas que vivem em situação de pobreza”!

Nas primeiras páginas do relatório do 3º Encontro foram publicadas fotografias dos participantes. Houve também uma razão para isso! Estas fotos não retratam entidades abstractas, mas pessoas: homens e mulheres, uns mais velhos, outros mais novos, seres humanos com expressões e fisionomias diferentes, com sinais particulares distintos que permitem facilmente reconhecê-los.

Estas fotografias transmitem uma mensagem forte: se a pobreza significa falta de rendimento e emprego remunerado, falta de força social, *empowerment*, participação

na sociedade, aqueles que estão expostos a estas situações não podem ser reduzidos a “pobres”.

Em primeiro lugar, e antes de tudo, estes homens e mulheres são “pessoas”, e só depois “pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão social”.

Num Encontro anterior, uma delegação referiu o seguinte: *“as pessoas excluídas devem dar uma imagem activa de si próprias, da sua capacidade de tomar iniciativas para mudarem as suas vidas e de se exprimirem no seio de associações”*.

Esta exigência expressa a rejeição da imagem negativa da pobreza. Mas o poder das imagens e representações vai muito mais longe. Ao darem a sua visão sobre a pobreza, influenciam as abordagens políticas à pobreza.

O investigador Peter Townsend, que estudou as questões da pobreza de forma exaustiva, pronunciou-se sobre esta matéria da seguinte forma: *“Qualquer explicação da pobreza inclui uma prescrição implícita de política.”* Portanto o 4º Encontro teve assim fundamento em se interessar pelas imagens e percepções da pobreza!

Num relatório redigido em Outubro de 2002 para a Comissão Europeia, mais especificamente para a Direcção Geral dirigida por Odile Quintin, o investigador Serge Paugam equacionou a seguinte hipótese: *“Um país terá menos probabilidades de desenvolver políticas sociais ambiciosas se grande parte dos seus cidadãos considerarem a pobreza como um problema de responsabilidade individual; pelo contrário, um país será encorajado a disponibilizar mais rapidamente recursos para combater a pobreza se os seus habitantes virem este problema como o efeito de um sistema injusto que condena os mais desfavorecidos a um destino comum”*.

Neste contexto, tenho o prazer de citar o Presidente do 4º Encontro, Professor Schaber, que estuda, desde 1974, a relação entre os indivíduos e a pobreza.

Num estudo sobre pobreza persistente, elaborado para a Comissão em 1982, constatou que: *“metade das pessoas questionadas, atribui ao indivíduo a responsabilidade da pobreza, e a outra metade à sociedade”*.

Como é que estas percepções da pobreza mudaram?

O Relatório Paugam de 2002 responde a esta questão.

O relatório mostra que no conjunto dos 14 Estados Membros considerados, 17% das pessoas interrogadas explicam a pobreza pela falta de iniciativa, enquanto que 31% a atribui à injustiça.

As diferenças nas percepções nacionais são imensas: assim 29% dos Portugueses, mas apenas 8% de Suecos vêem a inércia como causa da pobreza, e enquanto 50% das pessoas da Alemanha de Leste explicam a pobreza pela injustiça, apenas 12% de Dinamarqueses pensam da mesma forma.

O mesmo relatório também mostra que, de uma maneira geral, a parte que defende a falta de “iniciativa” está a crescer, enquanto que a percentagem que atribui a causa da pobreza à “injustiça” está a diminuir fortemente. O crescimento desta percepção menos favorável da pobreza, por parte da opinião pública, é algo que me preocupa. Isto pode ser tomado como um incentivo ao enfraquecimento das políticas de inclusão social. Não é o meu caso! Eu defendo a opinião contrária – que numa União Europeia com 69 milhões de pessoas expostas ao risco da pobreza, e 14

milhões de trabalhadores pobres, temos que reforçar as políticas de inclusão social. Falamos muitas vezes destas políticas em termos de luta contra a pobreza: o combate às imagens falsas da pobreza, que podem levar ao desenvolvimento de políticas distorcidas dirigidas às pessoas que vivem na pobreza, deve fazer parte dessa luta.

Este 4º Encontro tem como objectivo identificar as melhores vias de o fazer.

Christian DUPONT, Ministro da Função Pública, da Integração Social, da Política Urbana e da Igualdade de Oportunidades, Bélgica

Este 4º Encontro representa um momento importante na luta constante que deve ser mantida, a nível europeu, para erradicar a pobreza. Os sobressaltos que a integração europeia tem conhecido, são uma prova inegável que não pode haver progressos sustentáveis na integração europeia sem se estabelecer uma verdadeira Europa social. Uma Europa que está em sintonia com o progresso social e as necessidades básicas de todos os seus cidadãos, especialmente as dos mais vulneráveis. Esta prioridade deve estar no centro do projecto europeu. Deve afirmar-se em cada etapa do projecto da União e no seio do processo de Lisboa, que deve permitir à Europa aliar progresso económico, protecção ambiental e justiça social.

Encontramo-nos numa fase de avaliação e de correcção desse processo. Neste período sensível, a Bélgica tem vontade de continuar estes processos e de evitar um desenvolvimento a duas velocidades. Um desenvolvimento no qual a pobreza e a inclusão social serão reduzidas a uma posição secundária nas negociações centradas, quase exclusivamente, em assuntos económicos.

No âmbito da luta por uma Europa social, não podemos manter-nos calados, esconder ou ignorar a pobreza. Devemos falar dela para a fazer desaparecer. Devemos lembrarmo-nos que ela não é uma fatalidade. Temos que encontrar as suas causas e sublinhar a extraordinária coragem das pessoas que tentam cada dia reconstruir uma vida normal.

O 4º Encontro é uma oportunidade de contribuir para a luta contra a pobreza através de um diálogo aberto e construtivo. Posso dizer que a Bélgica tem alguma experiência neste domínio. O nosso primeiro relatório geral sobre a pobreza foi publicado em 1994. Não estaria a exagerar se dissesse que foi uma etapa marcante para o nosso país. Elaborado em estreita colaboração com as pessoas que viviam em situação de pobreza, este instrumento marcou o ritmo na luta contra a pobreza ao longo dos últimos dez anos.

Sabemos que muito há ainda a fazer. Dez anos mais tarde, encontramo-nos em pleno trabalho de avaliação e de aprofundamento deste processo. De novo, trabalhamos em estreita colaboração com as pessoas que directa ou indirectamente experienciam a pobreza. O nosso objectivo é produzir um novo relatório, no final de 2005, que determinará a agenda política dos próximos dez anos. Neste contexto, o 4º Encontro tem aqui uma importância especial.

Canalizemos todas as nossas forças para este Encontro de forma a transformar o debate em acções concretas nos nossos empregos, associações e países para que contribuam para a erradicação da pobreza.

Ursula HAUBNER, Ministra Federal da Segurança Social, das Gerações e da Protecção do Consumidor, Áustria.

O Encontro das Pessoas que vivem em Situação de Pobreza está agora institucionalizado no quadro da Estratégia Europeia de luta contra a pobreza e a exclusão social. Este 4º Encontro é importante a vários níveis:

- O 4º Encontro reveste-se de uma função simbólica, dando visibilidade à problemática da pobreza e da exclusão social a nível europeu.
- Pode ajudar-nos a formular os pontos-chave da luta contra a pobreza em termos concretos. Pode ainda articular mensagens importantes a nível político.
- Os Encontros tornaram-se num espaço de intercâmbio de informação. Os participantes, as suas organizações aprendem a conhecer-se reciprocamente.
- Ao mobilizarem todos os actores, incluindo as pessoas que vivem em situação de pobreza, os Encontros concretizam assim um aspecto central da Estratégia Europeia de luta contra a pobreza e a exclusão.

Os Encontros constituem uma excelente oportunidade para trocas multilaterais e aprendizagem mútua. Os países europeus escolheram diferentes estratégias para combater a pobreza. A Áustria, por exemplo, preferiu reduzir a pobreza das famílias através da introdução de prestações sociais dirigidas à família.

Posso assegurar-vos que a Presidência Austríaca, do primeiro semestre de 2006, manterá a tradição destes Encontros, e que estaremos atentos aos resultados do Encontro deste ano.

O próximo ano será marcado, a nível europeu, por acontecimentos importantes:

- Até ao final de Junho, todos os Estados Membros entregarão os seus relatórios sobre os PNAI's, que serão actualizados para 2005-2006.
- Também em Junho de 2005, os Estados Membros responderão a um questionário da Comissão com o objectivo de avaliar o Método Aberto de Coordenação.

Todas as redes europeias e os outros actores devem ser envolvidos nesta avaliação.

Um aspecto desta avaliação diz respeito à mobilização de todos os actores e a sua colaboração, ao nível nacional, o que inclui as pessoas que vivem em situação de pobreza/exclusão e as organizações que as representam.

A importância da troca de experiências é acrescida pela participação das pessoas que vivem em situação de pobreza. A luta contra a pobreza deve basear-se nas suas experiências.

Para além do processo de inclusão social, há dois outros processos que abordam a luta contra a pobreza:

- O Método Aberto de Coordenação para pensões adequadas e sustentáveis
- O Método Aberto de Coordenação para os cuidados de saúde e cuidados de longa duração.

As prioridades da Presidência Austríaca, para o primeiro semestre de 2006, incluirão a discussão de novos métodos e objectivos em matéria de inclusão e de protecção social.

O presente Encontro – em ligação com os novos objectivos comuns – pode formular recomendações sobre os meios de efectivar o processo de inclusão.

Na minha perspectiva as políticas de luta contra a pobreza e a exclusão social devem seguir o princípio da subsidiariedade e serem implementadas o mais próximo possível das pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão, ou seja, no seio da família.

Os Estados têm a responsabilidade de criar um quadro legal para ajudar as famílias e proporcionar-lhes uma vida livre de pobreza e de precariedade.

O quadro de uma política dirigida à família compreende medidas como:

- Um apoio financeiro adequado para garantir a vida familiar
- Um ambiente que permita o equilíbrio entre a vida familiar e profissional
- Uma oferta de serviços sociais e de saúde a custos acessíveis
- A garantia de qualidade de educação para as crianças
- Apoio específico a famílias com necessidades especiais

Não podem ser alcançados níveis mais elevados de bem-estar se as dificuldades mais imediatas não forem solucionadas. A inclusão de pessoas que vivem em situação pobreza/exclusão deve começar ao nível mais baixo. O governo local é o primeiro parceiro das pessoas em dificuldades. A este nível, a inclusão passa muitas vezes pelos contactos pessoais. Os problemas podem surgir quando as autoridades locais não demonstram uma empatia necessária ou estão imbuídas em estereótipos que não correspondem às diferentes realidades da pobreza e da exclusão social.

Por outro lado, por diferentes razões, as pessoas que vivem em situação de pobreza têm dificuldade em chegar a quem as pode ajudar.

Estas dificuldades estão, frequentemente, ligadas à imagem que uma dada sociedade veicula sobre a pobreza, muitas vezes retratada como uma vergonha e uma questão de culpa pessoal.

A pobreza é um fenómeno multi-dimensional e este princípio está inscrito na Estratégia Europeia de Luta Contra a Pobreza. As trajectórias pessoais, um fraco nível de formação e dificuldades de saúde, podem combinar-se com a impossibilidade de obter os bens e serviços de base, ou com a carência do emprego.

As ideias preconcebidas não podem dar uma imagem real e podem levar à discriminação das pessoas que vivem em situação de pobreza e à sua auto-exclusão. Esta é uma das razões porque considero o tema do 4º Encontro tão importante.

Os debates também se desenvolverão em torno de como certas imagens e percepções da pobreza influenciam a elaboração dos PNAI's e como isto pode ser remediado. Evidentemente, as mudanças não acontecem de um dia para o outro. É no entanto importante debater este tema e dar o primeiro passo neste sentido a nível

europeu. Será igualmente interessante ver quais são as diferenças que existem entre os Estados Membros.

Para que este Encontro não seja um acto isolado, todos os participantes deverão disseminar os resultados dos trabalhos, no seio das suas organizações e comunidades, e dar continuidade ao debate. Enquanto responsável pela organização do próximo Encontro, a Áustria fará tudo o que estiver ao seu alcance para continuar o diálogo tendo em conta os resultados deste Encontro.

Antes de concluir, gostaria de abordar uma questão debatida no ano passado, e que está na agenda do Encontro de 2005: a liberalização dos serviços, especialmente os serviços sociais e de saúde.

Como sabem, a Comissão Europeia introduziu uma directiva relativa aos serviços, conhecida como a Directiva de Bolkestein. Esta Directiva abrange todos os serviços de interesse geral, incluindo os serviços sociais e de saúde, não tendo em conta a diferença entre estes serviços e os outros serviços de carácter mais geral. O mercado é menos importante relativamente aos serviços sociais, que, por definição, se centram no ser humano e nas suas necessidades. Os serviços sociais requerem uma relação pessoal, constante e responsável. Os serviços sociais compensam os efeitos negativos do mercado.

Por todos estes motivos, defendo que os serviços sociais e de saúde não sejam abrangidos por esta Directiva, e espero que este seja o resultado dos debates a encetar sobre esta matéria.

Estou contente em vos anunciar que a Presidência Austríaca organizará o 5º Encontro, em Maio de 2006, em Bruxelas. A Áustria regozija-se em continuar a tradição, e de convidar-vos a participar no Encontro do próximo ano.

Odile QUINTIN, Comissão Europeia, Directora-Geral, DG Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades.

Para mim, o 4º Encontro simboliza o compromisso da União Europeia com a luta contra a pobreza.

Primeiro, porque a pobreza é um atentado à dignidade humana e aos direitos fundamentais: a Carta dos Direitos Fundamentais reconhece o direito a “uma vida digna”. Cada país deve esforçar-se para pôr este direito em prática. Este é um dos grandes desafios com os quais são confrontados os sistemas de protecção social. A Comissão Europeia juntar-se-á a este esforço, lançando brevemente uma iniciativa sobre a garantia de recursos, incluindo o rendimento mínimo.

Segundo, porque a coesão social contribui para o crescimento, bem-estar e emprego. Esta é a mensagem que a União adoptou, em Março último, com a revisão da “Estratégia de Lisboa. Os 25 Estados Membros devem ter isto em conta aquando da elaboração dos seus “planos nacionais de reforma”, previstos para o Outono. A Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo terá sobre a mesa um relatório anual sobre coesão social, o que mostra a importância política que a UE atribui a estas questões.

Desde Dezembro 2001, as sucessivas Presidências da União procuraram traduzir este compromisso, organizando estes encontros, envolvendo ONG’s reconhecidas na luta

contra a pobreza e a exclusão. A Comissão Europeia sempre apoiou estas iniciativas que demonstram a necessidade vital de envolver as pessoas que vivem em situação de pobreza nas políticas de luta contra a exclusão.

Com efeito, a coordenação europeia das políticas nacionais de luta contra a exclusão recai sobre a implicação e a mobilização de todos os actores destas políticas.

Para que as políticas sejam bem sucedidas, a voz das pessoas que vivem em situação de pobreza tem que ser escutada. Os referendos Francês e Holandês acabam de mostrar como os cidadãos exigem ter uma palavra mais activa. Há ainda muito para fazer. Apesar de alguns países terem reforçado a participação das pessoas excluídas e a consulta das ONG's que as representam, há ainda, de uma maneira geral, uma fraca participação das pessoas em situação de pobreza.

Os Estados Membros, em particular, têm por vezes tendência a não elaborarem "planos de acção" verdadeiramente estratégicos, limitando-se a produzirem meros relatórios descritivos. Um plano de acção não é eficaz se as promessas que traduz não são claras e contabilizadas em objectivos que permitem uma avaliação transparente e colectiva.

É evidente que o contexto político da luta contra a pobreza e a exclusão evoluiu bastante com o abrandamento económico e o aumento do desemprego. Em alguns países, o número de pessoas em risco de pobreza, especialmente entre os grupos mais vulneráveis, está a aumentar. Os problemas de saúde mental, de alcoolismo e a toxicodependência continuam a marcar e a enfraquecer as nossas sociedades.

A discriminação, por vezes múltipla, é um obstáculo à integração de numerosas pessoas, especialmente aquelas que pertencem a grupos étnicos minoritários. Em muitos casos, esta discriminação reflecte-se em percepções e representações distorcidas e veiculadas pelos *media*. O relatório apresentado hoje denuncia o obstáculo criado por estas representações e imagens.

Portanto, é necessário continuar a combinar, em função dos contextos locais, uma abordagem global, que forma o quadro da Estratégia Europeia, com uma abordagem mais específica, dirigida aos grupos mais vulneráveis.

Isto justifica também, a ligação estreita da luta contra a exclusão e da luta contra a discriminação que pode basear-se num quadro regulamentar europeu completo e eficaz. Isto garante a todos os indivíduos, qualquer que seja o seu lugar de residência na Europa, a mesma protecção contra a discriminação com base no género, origem étnica e racial, religião, idade, capacidades e orientação sexual.

A Comissão acaba de apresentar a sua estratégia para fazer recuar a discriminação, incluindo discriminações múltiplas, nos próximos anos. 2007 será assim o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. Mas uma acção apenas focalizada na eliminação da discriminação, não é suficiente para fazer recuar os obstáculos enfrentados por certas minorias, nomeadamente pelas comunidades ciganas. São necessárias acções de mobilização positiva para melhorar de forma significativa a sua situação. É por esta razão que a Comissão pretende criar um grupo de trabalho, composto por personalidades qualificadas, que terá como função reflectir e recomendar abordagens para promover uma melhor integração social e profissional destas minorias.

A luta contra a pobreza deve também inserir-se no quadro da modernização e da reforma dos nossos sistemas de protecção social.

A persistência da exclusão social é um grande desafio a estes sistemas, não menos que o envelhecimento demográfico, por exemplo. É assim necessário conduzir as reformas dos sistemas no quadro de uma estratégia verdadeiramente integrada, que comporte os “objectivos comuns” para os regimes de pensões, a luta contra a exclusão e os sistemas de saúde. Isto foi já iniciado e esperamos conseguir concluir durante 2006.

O sucesso das reformas exige a prossecução de dois objectivos paralelos: garantir a eficácia e a viabilidade financeira da protecção social. Os serviços sociais têm aqui um papel decisivo. Os debates mostraram que é muitas vezes difícil distinguir a missão destes serviços do seu estatuto jurídico, e a preocupação generalizada sobre a insegurança legal. A Comissão está a trabalhar numa Comunicação que trará alguma clarificação ao quadro legal aplicável a estes serviços e à sua missão.

Os três encontros anteriores deixaram claro a importância da existência de recursos financeiros e humanos suficientes de forma a permitirem uma efectiva participação das pessoas que vivem em situação de pobreza. Mas é necessário também dar o tempo necessário a esta participação e possuir uma atitude de confiança e de respeito.

Esperamos que as ONG's sejam estimuladas por este processo que obriga, cada um de nós, a reflectir sobre as estratégias de luta contra a pobreza, a fixar objectivos e contribuir para a sua concretização. A “sociedade civil organizada” não pode contentar-se em ser apenas a oposição; ela deve ser um verdadeiro actor das políticas sociais.

Follow-up dos debates dos três primeiros Encontros

Algumas das questões abordadas nos Encontros anteriores ficaram em aberto, nomeadamente as que estão relacionadas com o emprego, a discriminação e o racismo, a liberalização dos serviços, e o apoio nacional e europeu à participação das pessoas que vivem em situação de pobreza. Numa óptica de continuidade entre os Encontros, estas questões foram formuladas e vários intervenientes do 4º Encontro tentaram dar-lhes resposta, ou pelo menos, esclarecê-las e/ou actualizá-las.

Jozef NIEMIEC, Secretário-geral, Confederação Europeia dos Sindicatos (CES)

As pessoas que se encontram muito afastadas do mercado de trabalho, incluindo mulheres que enfrentam obstáculos específicos, precisam de formação e acompanhamento personalizado. Até que ponto a Estratégia Europeia do Emprego aborda esta necessidade e como é que pode ser garantido que esta Estratégia permita o acesso a verdadeiros empregos?

Os factos demonstram que ter um emprego é ainda uma das muitas formas para prevenir o risco de pobreza e de exclusão. Mas, apesar das pessoas que estão excluídas do mercado de trabalho estarem mais vulneráveis ao risco de pobreza, é também evidente que o simples facto de se ter um emprego não é suficiente para evitar a pobreza. O crescente número de “trabalhadores pobres” é a razão pela qual estamos a lutar para melhorar o acesso ao emprego e, paralelamente, mantermos e melhorarmos a qualidade do trabalho.

Isto significa que nos opomos a uma política que consista em obrigar as pessoas a aceitar um emprego a qualquer preço. Pelo contrário, reivindicamos um trabalho de qualidade, isto é, um emprego no qual o indivíduo se sinta realizado e ganhe um salário decente, que lhe permita ter acesso aos recursos necessários e indispensáveis para viver acima do limiar da pobreza.

Neste contexto, deve ser enfatizada a importância da seguinte mensagem: para a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) a resposta a estes problemas não reside na gestão da exclusão social. Nós lutamos para que os governos se envolvam na erradicação da pobreza, e a melhor política é a da prevenção. Esta luta inscreve-se numa campanha mais alargada, em favor do respeito pelos direitos humanos para todos os cidadãos europeus. Nesta óptica, a exclusão social constitui, muitas vezes, um entrave a que cada homem e cada mulher possam exercer plenamente os seus direitos cívicos e sociais. A este nível, este Encontro faz parte dos debates sobre o futuro da União Europeia, consubstanciado no tratado constitucional, sobre o futuro da Estratégia de Lisboa e do desenvolvimento sustentável.

A CES está plenamente envolvida nestes debates. Aos nossos olhos, o tratado constitucional criou um quadro jurídico que permite um maior equilíbrio nas políticas europeias. A par dos objectivos de coesão social e da solidariedade, o tratado introduz a ideia do mercado da economia social. Reforça ainda o valor jurídico da Carta dos Direitos Fundamentais, e, gostaria de lembrar aqui, o direito a uma existência digna, sublinhada por Odile Quintin, representante da Comissão. A recente rejeição deste projecto de constituição que se produziu em França e na

Holanda é um facto que traz consequências negativas para a nossa luta em favor da justiça social na Europa.

A CES concorda com todos aqueles que acham insuficiente a coerência do conjunto das políticas que influenciam a concretização dos objectivos de coesão social. Lamentamos que a inclusão social e a protecção ambiental já não sejam considerados como objectivos prioritários da Estratégia de Lisboa, revista na Cimeira da Primavera de 2005. Isto contradiz as análises que evidenciam a persistência de tendências graves em matéria de risco de pobreza. O facto de que um quarto das pessoas que vivem em risco de pobreza ter um emprego, mostra bem que mais empregos e mais crescimento não significam, necessariamente, menos pobreza.

À luz do Conselho Europeu de Junho, que decidirá as orientações integradas para o crescimento e o emprego, a CES está preocupada com o possível desvio que se esconde por de trás do *slogan* “fazer com que o trabalho seja pago” (*making work pay*). Aqui, o acento é inteiramente colocado sobre a reforma das prestações sociais e sobre a reforma fiscal, enquanto que a dimensão de “salários dignos e equitativos” está totalmente ausente e o apelo ao “desenvolvimento de políticas adequadas com vista a reduzir o número de *trabalhadores pobres*” foi abandonado.

Mas é também necessário reconhecer a existência de sinais positivos. A CES regozija-se ao constatar que os Ministros Europeus do Trabalho conservaram a abordagem de base da Estratégia Europeia para o Emprego, reintroduzindo os pontos de referência e os objectivos em matéria de emprego, nomeadamente a participação na aprendizagem ao longo da vida, medidas de “um novo começo” destinadas aos desempregados e desempregados de longa duração, e as estruturas de acolhimento para crianças. Opondo-se a que estes objectivos bem precisos fossem substituídos por uma simples formulação de boas intenções, evitaram dar o primeiro passo no caminho da criação de empregos a qualquer preço.

Gostaria de insistir no papel desempenhado pelos serviços de interesse geral, que pode ser descrito como “o ambiente social do trabalho”, nomeadamente o acesso à habitação, saúde, e educação. Estes serviços são indispensáveis para quebrar as barreiras da exclusão. Como outros intervenientes, julgo necessário sublinhar o risco inerente em tratar estes serviços da mesma maneira que os serviços puramente comerciais, como o projecto de Directiva denominada de “Bolkestein”. A CES está convencida que a realização da sua missão social de interesse público será afectada. Esperamos que a futura Comunicação da Comissão sobre os serviços sociais permita encontrar uma resposta apropriada a estas preocupações.

Finalmente, parece-me importante sublinhar o papel da colaboração entre todos os actores que estão envolvidos a todos os níveis – europeu, nacional e local – no processo da luta contra a pobreza. As parcerias são essenciais para reforçar as capacidades de acção. Nos seus domínios de competência, a CES decidiu prosseguir o seu envolvimento no trabalho contra a exclusão social e reforçar estas parcerias.

Cherry SHORT, Comissão para a Igualdade Racial, Reino Unido

Discriminação, incluindo a discriminação ligada ao género e ao racismo, constitui um dos factores produtores de pobreza e de exclusão social. Que papel precisa a UE e os Estados Membros de assumir para contornar esta realidade, e como é que podem reforçar as suas intervenções?

Uma vez que não sou especialista sobre o papel desempenhado pela União Europeia ou os governos dos Estados Membros no que se refere à discriminação ligada ao género e ao racismo, adaptei um pouco a questão que me colocaram.

O meu conhecimento recai mais sobre a compreensão da discriminação racial e as formas de a combater.

Gostaria de sublinhar, que a UE e os governos têm que reconhecer a discriminação e o racismo como:

- Factores subjacentes a muitas situações de pobreza,
- Barreiras que impedem sair da pobreza,
- Dimensões suplementares à pobreza, particularmente para aqueles que vivem em comunidades marginalizadas.

Olhando sobre este prisma, podemos ver facilmente que a discriminação e o racismo têm um impacto determinante na vida de muitas pessoas e comunidades que vivem na Europa.

Se pudesse fazer uma sugestão aos Governos da União Europeia, com vista a produzirem um impacto significativo na eliminação da discriminação e racismo, seria:

- A adopção de medidas com força de lei para todas as formas de discriminação
- Que o discurso público dos líderes dos governos e dos políticos não veiculem mais exclusão, mas valorizem e reforcem a diversidade
- A criação de estruturas independentes, como a Comissão à qual pertenço, incumbidas não apenas de apoiar indivíduos vítimas de discriminação, mas também de pesquisar medidas globais para que a situação mude.

Compreender a discriminação com base na origem étnica, na raça e outras desigualdades é vital e preponderante se quisermos atacar as causas da pobreza e da exclusão social. A investigação mostra que as comunidades negras, asiáticas e chinesa, que vivem no Reino Unido, situam-se geralmente abaixo da linha da pobreza, “entram e saem da pobreza”, e estão mais expostas do que a população branca a sofrerem de pobreza material. Por outro lado, em 2001, cerca de 33% da comunidade indiana vivia abaixo do limiar da pobreza. Este número sobe para 40% entre as famílias negras originárias das Caraíbas e 50% entre os grupos negros oriundos de África, enquanto que a percentagem de pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza era apenas de 25% na população total.

Outros indicadores – como o local de residência, a ocupação, o nível educacional – são significativos, devendo ser incluídos no objectivo de erradicação da pobreza.

O que é que deve ser feito?

A resposta é clara: os Estados Membros e a União Europeia têm que, decisivamente, combater a discriminação racial.

Eu sugeria o seguinte:

- Apesar da UE já ter criado muitos instrumentos legais para lutar contra a discriminação, estes não são ainda suficientes. É vital que a União Europeia implemente nos Estados Membros leis anti-discriminação mais eficazes e a serem aplicadas com mais rigor.
- A União Europeia deve utilizar os Fundos Estruturais para chegar aos grupos mais vulneráveis e às bolsas de pobreza persistente.
- As reuniões dos *Peer-review* e as consultas devem ser conduzidas de maneira a reproduzirem as boas práticas e a disseminarem as experiências dos grupos que são confrontados com a discriminação e o racismo.
- Os Estados Membros devem introduzir medidas de monitorização e avaliação do impacto das políticas anti-discriminatórias.
- A maior parte dos Estados Membros necessitam de promover um debate profundo sobre o racismo e a discriminação em torno das minorias étnicas.
- O debate público sobre o papel histórico da imigração e das minorias étnicas na Europa faz parte integrante desse debate.
- Acima de tudo, os Estados Membros devem manter as políticas anti-racistas e igualitárias no âmbito das políticas do emprego, da habitação, da educação e dos transportes.

Apesar do vasto potencial presente no seio das minorias étnicas, a discriminação com base na raça, religião, cor da pele, origem étnica, o género, ou a combinação de duas ou mais destas características, continua a gerar um empobrecimento social e material de muitas pessoas.

Eu concluiria dizendo que:

- A Europa deve prosseguir os objectivos de desenvolvimento económico sustentável baseados na coesão social.
- A coesão social passa pelo combate á pobreza.
- Lutar contra a pobreza é lutar contra o racismo e a discriminação.
- A chave para esta acção governamental pode basear-se em três critérios:
 - Leis eficazes e sólidas,
 - Ouvir as pessoas em situação de pobreza que são capazes de falar das suas experiências face ao racismo e à discriminação,
 - Programas de acção claros que possam ser observados e verificados.

Raymond MAES, Comissão Europeia, DG Emprego

Que meios necessitam de ser accionados para contrariar os efeitos negativos da liberalização dos serviços, como a água e a electricidade, e o impacto da concorrência relativamente ao provimento de serviços sociais?

O que é necessário fazer, a nível europeu, para garantir uma provisão mínima de bens essenciais (água, electricidade) e garantir o acesso a serviços sociais de qualidade?

Desde 2003 que está em curso uma nova discussão sobre os serviços de interesse geral. A Comissão lançou um Livro Verde com o objectivo de determinar o seu papel no que diz respeito ao provimento deste tipo de serviços. O Livro Verde coloca a seguinte questão: qual deverá ser o papel da União Europeia relativamente à

provisão dos serviços de interesse geral? Cabe aos Estados Membros, às autoridades locais e regionais definir que tipos de serviços devem ser considerados de interesse geral. Mas, simultaneamente, reconhecemos que a UE tem, neste contexto, um papel importante.

Os resultados da consulta do Livro Verde foram publicados num Livro Branco que aborda uma série de questões directamente relacionadas com o 3º Encontro.

A liberalização da electricidade

No seio da União Europeia existe legislação sobre a matéria que prevê a abertura do mercado da electricidade. Esta abertura deve fazer-se no quadro de certas garantias para que estes serviços de interesse geral possam continuar a ser assumidos pelo sector da electricidade. Nesta matéria, é importante mencionar a Carta dos Direitos Sociais Fundamentais que refere claramente que a UE deve respeitar o acesso a certos serviços de interesse geral. A legislação fala de serviços universais. Este é um conceito chave usado pela Comissão neste tipo de legislação. O conceito de serviço universal estabelece o direito de acesso, para todos os cidadãos, a serviços que são considerados como essenciais; os prestadores de serviços têm a obrigação de fornecer estes serviços segundo condições normalizadas e a preços acessíveis para todos.

A Directiva relativa à Electricidade indica que os Estados Membros devem, em particular, garantir salvaguardas suficientes para protegerem os consumidores, incluindo medidas em seu favor. Cabe aos Estados Membros, e mais especificamente aos reguladores nacionais, implementarem estes princípios. O reforço do papel dos reguladores é uma questão abordada no quadro da consulta sobre o Livro Verde. Falámos ainda de uma participação acrescida dos utentes no controle dos sectores liberalizados.

A Água é um sector com um outro tipo de serviço. A directiva mostra que não existe um acordo para que este tenha um quadro como o que existe para a electricidade. Mas, o sector de abastecimento de água está liberalizado em certos Estados Membros. Para alguns, é igualmente necessário estabelecer um quadro a nível europeu, enquanto que para outros, este é um sector muito delicado no qual a União Europeia não se deve intrometer. No entanto, a UE já está envolvida uma vez que existe no quadro da legislação relativamente aos mercados públicos, os princípios de não discriminação e proporcionalidade também se aplicam. No sector da água, o debate está em curso, mas no momento os Estados Membros são ainda responsáveis por decidir a forma como os serviços são estabelecidos.

No entanto os princípios do tratado têm que ser observados. Este elemento emergiu das discussões sobre o Livro Verde dos serviços sociais e em matéria de saúde. Aqui não existe também uma directiva quadro. É claro que não existe uma liberalização do sector dos serviços de saúde semelhante à que existe para a electricidade. Porém, o Tratado aplica-se a qualquer serviço de natureza económica. Isto cria uma certa incerteza jurídica, não apenas ao nível dos utentes e dos fornecedores, mas também dos Estados Membros. A aplicação das regras comunitárias, e em particular as regras do mercado interno e da concorrência, deveriam ser clarificadas para este tipo de serviço. A Comissão entendeu esta mensagem e está no momento a preparar uma Comunicação que vai analisar a situação dos serviços de saúde. A Comunicação basear-se-á sobre o que foi dito no

processo de consulta do Livro Verde. A Legislação Comunitária tem uma influência clara e inegável sobre a organização e o financiamento dos serviços de saúde.

Resta saber se esta influência tem um impacto negativo sobre a missão dos serviços e sobre a sua modernização, entre outros aspectos. Neste contexto, a modernização não é um conceito que recaia sobre os aspectos financeiros. Trata-se de adaptar os serviços às necessidades. Para levar a cabo esta modernização, é necessário determinar se o quadro legislativo comunitário permite que esta modernização se verifique.

Para ver se isto é adequado e permitir que estes serviços desempenhem plenamente o seu papel, e para que assim possa haver modernização, é evidente que estes devem ser tratados de forma diferente de outros serviços de interesse geral, como as telecomunicações ou o sector dos transportes. A especificidade destes serviços é que são de maior interesse geral do que outros, porque são direccionados para o indivíduo. Estes põem em prática os direitos sociais dos cidadãos. Fazem também parte do sistema de protecção da saúde, o que não é necessariamente, o caso dos outros serviços. Há também uma forte participação dos utentes e envolvimento voluntário. Existe uma estrutura especial para o tipo de organizações que fornecem estes serviços. Trata-se de uma questão que requer um estudo mais aprofundado.

No âmbito da preparação desta Comunicação, a Comissão está a envolver a sociedade civil e os Estados Membros, uma vez que existe uma responsabilidade conjunta no que respeita aos serviços de interesse geral, e certamente, mais ainda no sector dos serviços sociais e de saúde, que são da responsabilidade dos Estados Membros e das autoridades locais e regionais.

A consulta da sociedade civil e dos Estados Membros teve lugar no âmbito de elaboração da Comunicação. Está previsto que esta Comunicação seja publicada todos os anos, e que incida sobre áreas potencialmente difíceis para que se possa aplicar um quadro legislativo a estes serviços. Este documento também sublinhará o papel essencial dos serviços sociais no Modelo Social Europeu, os quais requerem um tratamento especial.

Judit RÉZMÚVES, Vice-Presidente do Comité de Protecção Social

O que é que é possível fazer, tanto a nível europeu como nacional, para motivar os Estados Membros a apoiar as redes e estruturas nacionais que promovem a participação de pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão social, e para implementarem mecanismos através dos quais permitam ou aumentem a sua participação nos processos de tomada de decisão, que têm repercussão sobre as suas vidas?

Na União Europeia existe pobreza e exclusão. Estes são desafios que têm que ser enfrentados; mas, ao mesmo tempo, produziram-se certas mudanças na Europa Central, principalmente no fim dos anos 80 e início dos anos 90. Por esta altura, podemos verificar traços específicos da pobreza nos novos países, onde esta não afectava apenas os grupos tradicionais como os idosos, órfãos ou viúvo(a)s. Entre

as pessoas que vivem em situação de pobreza, há cada vez mais pessoas que não são demasiado jovens nem demasiado velhos para trabalhar, mas que apesar disso se encontram excluídas do mercado de trabalho e vivem agora em situação de pobreza. As alterações sociais, económicas e políticas dos anos 90 causaram mudanças de longo alcance na vida dos húngaros. Isto aplica-se à maior parte dos novos Estados Membros da União Europeia. A natureza destas mudanças mostra que estas foram positivas mas foram também acompanhadas de aspectos bastante negativos. Por exemplo, o sistema político de um só partido foi abandonado e assistimos à implantação da democracia nestes países. Mas esta mudança direccionada para uma economia de mercado levou também a que fossem tomadas medidas económicas. O mercado de trabalho sofreu alterações. Os sistemas de protecção social foram reduzidos ao mínimo, com um impacto negativo sobre as pessoas.

Mesmo se os governos afirmam uma vontade de lutar contra a pobreza, os resultados não têm sido muito encorajadores. Para além da boa vontade, é necessário estabelecer um diálogo político entre os governos, os trabalhadores da área social e os diferentes actores envolvidos. Neste contexto, as ONG's têm um papel chave, nomeadamente na defesa do Modelo Social Europeu e da coesão. Neste sentido, a EAPN representa a consciência, uma força de equilíbrio no seio da União Europeia. É igualmente uma fonte de informação. Esta rede permite a inserção e a inclusão de certos grupos que vivem em situação de grande vulnerabilidade.

A EAPN aumenta a capacidade de fazer *lobby*. Contudo, será indispensável disponibilizar mais recursos para que as pessoas que vivem em situação de pobreza, na rede, se possam exprimir e ser informadas na sua língua.

Os recursos actuais encontram-se ao nível local, mas estes não são suficientes e a sua utilização depende das políticas locais. Portanto, o trabalho tem que ser feito a este nível.

A sociedade civil funciona como o resto da sociedade: há interesses individuais, aspirações particulares e certas pessoas são mais favorecidas do que outras. Muitas vezes, são as suas ideias que prevalecem e nem sempre são as mais úteis. Tem-se geralmente em conta o interesse do maior número de pessoas, daí a necessidade da participação dos grupos de base.

A situação nos Estados Membros apresentação por parte das delegações nacionais²

Áustria

400,000 desempregados para apenas 25,000 ofertas de emprego.

Em relação ao Produto Interno Bruto, a pobreza aumentou de 10% para 13.2% nos últimos três anos. Os rendimentos líquidos dos desempregados não param de diminuir. O custo da habitação, da alimentação e cuidados de saúde está a aumentar. Os PNAI's não melhoraram a situação.

O que os austríacos precisam é de uma representação institucionalizada dos desempregados que patrocinasse as iniciativas locais dos desempregados. Da parte da classe política existe um interesse crescente neste tipo de institucionalização, mas é necessário usar de uma certa prudência.

O objectivo seria obter uma lei (incluindo as questões estruturais e de financiamento) próxima, juridicamente, de um "ombudsman".

Bélgica

A Bélgica é um país rico. Segundo o Banco Mundial, está colocada nos 20 países mais ricos do mundo. Mas, 13% da população vive em situação de pobreza dispondo de rendimentos abaixo dos 60% da *mediana* do rendimento nacional. Isto significa 772 euros por mês para uma pessoa que vive só, e 1622 euros para uma família de quatro pessoas (2 adultos e 2 crianças). O número dos *working poor* está a aumentar devido ao aumento do trabalho temporário, do trabalho mal remunerado e dos contratos a termo certo. O número de desempregados está a aumentar (60,000). Há já alguns anos que o sector da economia social tem vindo a ser uma prioridade para o Governo Belga.

A Segurança Social tem um papel preponderante na prevenção da pobreza. Sem segurança social, 38% da população viveria na pobreza. No entanto, a maioria das prestações são consideradas, em geral, demasiado baixas. O acesso à saúde continua a ser problemático. As pessoas estão cada vez mais endividadas devido ao custo dos cuidados de saúde.

- A Bélgica tem falta de habitação.
- A liberalização do mercado da energia está já em curso na Flandres (parte norte do país) desde 2001.
- Na educação há muitas desigualdades que subsistem.
- Há uma população crescente de imigrantes indocumentados que são vítimas de todo o tipo de exploração.

A Bélgica tem um tecido associativo bastante forte em todos os domínios, incluindo o da pobreza. A participação das pessoas que vivem em situação de pobreza é considerada como um elemento essencial para combater este fenómeno. O Governo Federal e os diferentes Governos Regionais têm um acordo de cooperação em matéria de envolvimento de todos os actores, especialmente os que vivem em situação de pobreza e as suas organizações.

² Esta informação foi preparada pelos delegados antes do Encontro.

Bulgária

A Bulgária tem uma taxa de pobreza e níveis de desigualdade muito elevados, incluindo a desigualdade em termos de rendimento. O governo está a desenvolver verdadeiros esforços para reduzir a pobreza. Estes esforços têm efeitos específicos: as políticas baseiam-se na teoria segundo a qual a riqueza acabará por passar para os mais pobres. Assim o primeiro impacto começa de cima para baixo, na classe média, através do aumento do rendimento.

Os decisores locais e nacionais demonstram a preocupação com a pobreza, mas explicam a sua escala através da profunda crise económica e os resultados inevitáveis desta crise. A única solução é, portanto, a intensificação do crescimento económico. Apesar do significativo aumento do PIB, a pobreza não diminuiu na Bulgária. Um pequeno número de municípios é exemplo de acções bem sucedidas. Estes municípios fazem uma utilização eficaz dos seus recursos para tentar implementar um conjunto de medidas de protecção social e de apoio aos seus cidadãos.

A esperança de melhorias futuras assenta nos Fundos Estruturais, combinados com a capacidade das comunidades locais promoverem o desenvolvimento.

Chipre

O lado positivo da economia de Chipre não reflecte a realidade de uma certa fatia da população. A entrada na União Europeia pode piorar a situação, especialmente através das previsões para o aumento da taxa de desemprego. Quase um terço dos pensionistas recebe apenas a pensão mínima, igual a metade do rendimento mínimo.

As famílias monoparentais, especialmente mães solteiras, são confrontadas não apenas com a pobreza, mas também com a exclusão, uma vez que a opinião pública tem uma mentalidade conservadora que não aceita a parentalidade fora dos laços do casamento.

Não existe nenhum mecanismo de participação das pessoas em situação de pobreza.

Para os jovens, ser originário de uma família pobre é, por si só, uma desvantagem. O ensino é gratuito, mas estas crianças não têm acesso a actividades extracurriculares ou actividades pagas.

A criação de associações aumentou a percepção das pessoas em situação de pobreza, sobre os seus direitos e a possibilidade de exercerem uma forte pressão para que a legislação, políticas e práticas mudem. Assim o Parlamento Cipriota das Crianças, estrutura que opera permanentemente desde 2001, constitui uma etapa para a participação.

República Checa

Na República Checa existe uma penúria generalizada ao nível da habitação especialmente em termos de habitação social, assim como a falta de oportunidades de emprego para pessoas mais velhas, e discriminação contra as comunidades ciganas relativamente ao mercado de trabalho.

A resolução dos problemas sociais não é uma prioridade do governo. São os indivíduos que encontram as soluções de emergência. Por exemplo a Fundação Naděje, estruturas de acolhimento para mães e crianças (famílias monoparentais), jornais de rua, etc.

Existem planos para o futuro, nomeadamente:

- A cooperação e intercâmbio de saberes e de boas práticas entre grupos checos e associações internacionais,
- O enfoque nos direitos humanos,
- A mudança do sistema social colocando o ser humano no centro.

Finlândia

As desigualdades sociais estão a aumentar. A delegação finlandesa pensa que existe mais pobreza absoluta nos novos Estados Membros, mas que a pobreza relativa está a aumentar à medida que o desemprego cresce na “velha” Europa. A criação de novos empregos não será suficiente se a protecção social diminuir e se os salários não garantirem a subsistência mínima.

A solução não reside na introdução da competitividade no domínio social e nos serviços de saúde. Introduzir a competitividade nesta matéria poderia conduzir à morte das pessoas que necessitam de cuidados de saúde. A ideologia do crescimento constante está a chegar ao fim. O rendimento tem que ser distribuído de forma mais equitativa de forma a garantir o bem-estar psicológico das pessoas.

Alargar a Europa não é um valor por si só seguro, a menos que esta Europa possa cumprir as promessas feitas aos seus cidadãos. A exigência mínima é um rendimento suficiente para ter uma vida digna. A União Europeia existe para estar ao serviço dos seus cidadãos, não de si própria.

França

A situação apresenta-se da seguinte maneira:

- Falta de financiamento das associações e das organizações de luta contra a pobreza por parte do Estado, a nível do governo nacional, local e regional.
- Acesso difícil ao mercado de trabalho.
- Dificuldades de acesso à habitação.
- Dificuldades em aceder ao rendimento mínimo garantido para os cidadãos com menos de 25 anos de idade.
- Regularização administrativa dos estrangeiros.
- Aumento constante dos comportamentos de dependência.
- O não reconhecimento de qualificações académicas.
- Recursos humanos insuficientes (trabalhadores sociais).
- Acesso a uma morada postal para fins de protecção social.

Mas, existem também aspectos positivos como:

- A introdução da Lei 2002-2 que dá voz às pessoas que vivem em situação de pobreza, através da criação de um “conselho comunitário”, carta de boas práticas, e manual de acolhimento.
- Colaboração estabelecida com os trabalhadores sociais (diálogo, escuta activa, acompanhamento e apoio).

Existem também perspectivas animadoras como:

- A introdução de legislação nacional para combater a exclusão e promover a coesão social.
- O criação de meios de acesso ao emprego, habitação, educação, formação e saúde que respeitem a dignidade e a autonomia individual.

- A promoção da participação e a representação de pessoas que vivem em situação de pobreza nas diferentes instâncias culturais, desportivas e políticas.
- O desejo de mudança da percepção e da atitude pública perante as pessoas que experienciam a pobreza.

Alemanha

Neste país, os *lobbies* políticos e industriais discutiram durante anos a possibilidade de implementar um sector de salários baixos que forçaria as pessoas a aceitarem um trabalho que não lhes garantiria um salário mínimo para viverem. Os pobres são manipulados enquanto que a pressão é colocada sobre as pessoas que têm ainda um emprego. As novas leis não têm como objectivo promoverem a participação social e garantirem a segurança para pessoas necessitadas.

As novas leis têm como objectivo fazer depender o direito às prestações sociais à obrigação de aceitar qualquer tipo de emprego. Há cerca de 5 milhões de desempregados e 400,000 ofertas de emprego! Por outro lado, o diálogo sobre participação social não existe, impedindo assim, que o debate sobre a pobreza e a exclusão social avance.

A nova política social alemã menospreza assim, anos de esforços feitos pelas organizações que lutam pelos direitos das pessoas que vivem em situação de pobreza!

Grécia

Depois de vários encontros no seio da Rede Europeia Anti-Pobreza da Grécia, foi decidido que o enfoque fosse colocado na saúde mental, enquanto factor de exclusão social. As preparações para o 4º Encontro foram permeadas por sentimentos de inutilidade, de perda de tempo, devido às experiências negativas que os delegados tinham de outros encontros com os decisores políticos. Estavam persuadidos que os políticos, mesmo quando dizem escutar a voz dos pobres, não a têm em consideração no processo de tomada de decisão. Consequentemente, estavam convencidos que o mesmo aconteceria no 4º Encontro.

Hungria

10% da população vive em situação de pobreza e o maior problema é que a pobreza está a aumentar. A delegação presente no 4º Encontro inclui pessoas com a experiência do desemprego, monoparentalidade e discriminação (comunidades ciganas). Nas reuniões preparatórias, os delegados falaram das suas experiências quotidianas da pobreza. Descreveram as suas relações e experiência com os serviços sociais e as suas relações pessoais com os trabalhadores sociais que prestam estes serviços:

Algumas das mensagens que resultaram destas reuniões preparatórias foram as seguintes:

- No início estavam convencidos que os problemas eram os mesmos para toda a gente, mas no final, tomaram consciência que diferentes situações requerem diferentes soluções.
- Lutemos contra a exclusão!
- Nós não somos uma minoria.

- Precisamos de ajuda.
- Os nossos filhos também querem estudar e trabalhar.

Itália

Em Itália, a política e a participação andam muitas vezes separadas. A política deve estar ao serviço dos cidadãos, responder às exigências da comunidade e programar as intervenções sociais. A participação é um direito pessoal que permite aos indivíduos influenciar o processo político e expressar as suas ideias. Infelizmente isto não acontece. A Itália é um país onde não existe o rendimento mínimo garantido. Houve experiências-piloto nesta matéria, mas ao nível local e regional.

Os políticos falam sobre o bem-estar social, mas a realidade está marcada por diversas situações de precariedade e por um crescimento das problemáticas ao nível social.

A Itália está assim longe de chegar à participação dos cidadãos na vida pública. A Lei No. 328 de 2000 que tem como objectivo alcançar um sistema integrado de serviços sociais, 5 anos depois começa a funcionar em alguns locais, assim como a participação; mas os serviços sociais estão a atravessar um período turbulento como resultado da profunda crise económica, não podendo assim serem garantidos os serviços essenciais.

É necessário aliar a política e a participação e responder rapidamente às necessidades das pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão. Para tal, é importante aumentar a consciencialização e a responsabilidade dos cidadãos sobre os seus direitos e deveres, e de seguir um percurso sem que as pessoas sejam deixadas para trás.

“Os pobres não podem esperar”.

Letónia

As pessoas que vivem em situação de pobreza e aqueles que estão em contacto com elas referem a existência de dificuldades, principalmente nas regiões rurais:

- Grandes diferenças de bem-estar entre Riga e as zonas rurais
- Desemprego nas zonas rurais e migração interna para Riga em busca de trabalho
- Poucas prestações familiares
- Para os idosos, o sistema de pensões tão desenvolvido anteriormente, já não funciona; levará anos a restabelecê-lo porque o montante das pensões está ligado, entre outros factores, aos rendimentos do mercado de trabalho.
- O acesso à educação é difícil.
- Imigração para a União Europeia a troco de empregos de baixos salários, mas que lhes permite enviar algum dinheiro para as famílias que ficaram na Letónia.

Uma boa iniciativa que existe há alguns anos é o chamado “salário da mãe”. Durante o primeiro ano após o nascimento da criança, a mãe recebe uma prestação quase equivalente ao seu anterior salário, fixada em, aproximadamente, 557 euros. Isto é o resultado da acção da Associação das Mulheres do Meio Rural.

Outro resultado positivo é o emprego adaptado a pessoas com deficiência.

Estão em Projecto:

- A formação destinada a profissões ligadas ao artesanato nas regiões rurais
- A formação para a criação de empresas em regiões rurais
- A formação no e-comércio

Luxemburgo

A delegação do Luxemburgo pertence ao Grupo de Trabalho sobre as Famílias Monoparentais do CFFM (Centro para mulheres, famílias e famílias monoparentais) dirigida pela organização sem fins lucrativos Femmes en Détresse.

90% das famílias monoparentais têm como chefe de família uma mulher, um facto oculto pela designação neutra de família monoparental. Em muitas famílias, é quase sempre a mulher que se encontra numa situação precária devido à desigual distribuição das responsabilidades familiares e profissionais, e das tarefas domésticas.

O facto de uma mãe deixar de trabalhar ou trabalhar menos horas, pode ter sido uma decisão conjunta, mas em caso de divórcio, a mulher estará mais em risco!

A pobreza material em caso de divórcio explica-se sobretudo pelos honorários pagos a advogados e a pensão de alimentos.

Em termos de saúde e pobreza, é necessário estabelecer o pagamento através de um seguro para visitas médicas e ambulatório, pelo menos para as pessoas mais necessitadas (um crescente número de pessoas no Luxemburgo negligenciam os cuidados de saúde porque não os podem suportar). Mas, os assistentes sociais podem emitir *vouchers* para uma consulta médica!

As crianças que crescem num lar desfavorecido terão uma saúde mais débil na idade adulta.

A pobreza existe também entre as(os) viúvas(os).

O Ministério da Família e a Femmes en Détresse assinaram um protocolo de cooperação para organizarem uma “Campanha de Inverno” que permite ajudar os adultos sem abrigo para se apresentarem junto dos serviços e apelarem à admissão num local de acolhimento.

No que se refere à guarda de crianças, a Femmes en Détresse criou duas estruturas:

- O S.K.K.D (Service Krank Kanner Doheem) que se ocupa da guarda de crianças doentes no domicílio.
- O Kannerhaus para a guarda de crianças durante as consultas médicas, compras, formações, férias da escola e em caso de emergência.

Estão planeadas acções ao nível nacional, em particular com o Ministério para a Igualdade de Oportunidades, em colaboração com redes semelhantes a nível internacional.

Holanda

A delegação da Holanda é composta por uma pessoa desempregada por razões de doença, por uma doméstica, por uma pessoa com deficiência, por uma mulher que cuida do seu companheiro e por uma mulher com uma criança pequena e que não pôde estar presente neste Encontro porque o seu bebé estava doente. Como outras, estas pessoas são marginalizadas da vida social por razões financeiras.

Os problemas mais frequentes surgem dos estereótipos criados em seu torno:

- Uma mulher que não tem aparência de doente
- Parasitas

- Pessoas estúpidas

O mais grave é não se ser nunca considerado como um cidadão de pleno direito, o que gera um sentimento de não ter qualquer valor.

Uma das coisas positivas foi o facto de dois membros da delegação participarem num Conselho de Utentes na sua cidade! Eles dão a sua opinião em matéria de gestão social. Serviços de apoio para beneficiários do rendimento mínimo conferem também um sentimento de valorização.

A delegação espera que a EAPN Holanda, em colaboração com os decisores políticos, possa implementar projectos de formação de “peritos de terreno” assim como os Planos de Acção Locais.

Noruega

Cerca de 9% da população vive no limiar da pobreza (definição europeia). De 1999 a 2003 a pobreza aumentou 36%. Tomando como referência os 50% da *mediana* do rendimento (OCDE), a pobreza aumentou 25% entre 2001-2003. Os noruegueses necessitam de um rendimento mínimo calculado com base no orçamento tipo das famílias (Instituto Nacional do Consumidor). Toda a pessoa que vive abaixo do limiar da pobreza tem direito a um apoio financeiro garantido.

No que diz respeito à participação, existe um fosso entre os desejos expressos pelo governo e a realidade. Actualmente, a Noruega conhece a fusão, num único organismo, do Departamento das Pensões, do Ministério do Trabalho e dos Serviços de Segurança Social. A Welfare Alliance (ONG) trabalha no sentido de implementar a participação nesta estrutura.

As prioridades da Alliance são:

- Abolir a pobreza,
- Aumentar a participação dos utentes,
- Melhorar a qualidade de vida e as condições dos grupos associados, e
- Melhorar as condições financeiras e de trabalho das organizações associadas.

A participação é um dos instrumentos – senão o mais importante – para a reorganização do sistema de bem-estar. Por outras palavras, se a participação falha, as medidas anti-pobreza também falharão.

Polónia

A delegação polaca é composta por pessoas que viveram situações de pobreza e de exclusão social. Trata-se de pessoas que têm um longo passado de vida na rua, de alcoolismo; outras tiveram uma infância difícil, ou ainda a perda do emprego e de casa.

Hoje, estas pessoas vivem em alojamentos temporários, frequentam formações, ocupam-se da edição de jornais de rua, de uma cooperativa agrícola, de uma loja de roupa em segunda mão, etc.

A experiência de todos os participantes polacos demonstra que os constrangimentos ambientais e que as fraquezas pessoais podem ser ultrapassados. Eles testemunham que a exclusão pode ser vencida e que a integração social e profissional é possível. O exemplo das suas vidas revela as boas práticas que lhes permitiram “levantarem-se pelo seu próprio pé”.

Portugal

A EAPN Portugal:

- Desenvolve as suas actividades com base na descentralização e implementação de núcleos distritais que formam a rede nacional. Esta estrutura regional foi adoptada como a forma mais eficaz de chegar ao nível local e de mobilizar as instituições.
- Tem como objectivo garantir uma continuidade no diálogo através da sua estrutura.
- Investirá, tanto quanto possível, no trabalho com os *media* a nível nacional, regional e local, como forma de dar voz aos participantes no 4º Encontro, que assumirão o papel de representantes de um público mais alargado.

Por ocasião do 17 de Outubro de 2004 - Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza – a EAPN Portugal tornou públicos, dados sobre uma sondagem realizada em parceria com a Universidade Católica Portuguesa, sobre **as representações da pobreza**. Seria interessante disseminar largamente os resultados desta sondagem sobre a percepção e a imagem da pobreza junto da opinião pública.

A EAPN Portugal pretende maximizar a participação de todos os actores, nomeadamente ao nível da justiça, emprego, saúde, educação e formação, imigração, cooperação para o desenvolvimento, etc. Se possível, a EAPN Portugal convidará políticos nacionais e regionais envolvidos no PNAI de maneira a garantir a continuidade da Estratégia para a Inclusão Social, a nível nacional.

Espanha

A exclusão social não tem apenas um rosto ou uma causa. Um dos sintomas visíveis da exclusão é a falta ou mesmo a ausência de participação em questões vitais e sociais.

A opinião das pessoas que vivem em situação de pobreza não é tida em conta pelo resto da sociedade. Isto deve-se, por um lado, à imagem que os pobres têm de si próprios e por outro lado, à imagem que os outros têm deles. “Nós somos mais do que aquilo que eles vêem”. As pessoas que vivem em situação de pobreza são mais do que o que mostra a sua aparência exterior.

Para tentar conhecer sinceramente alguém, requer atenção, respeito e cuidado. As pessoas em situação de pobreza precisam de uma oportunidade para serem conhecidas como realmente são, para além da sua imagem ou estereótipo elas têm também que dar essa oportunidade aos outros. É necessário igualmente garantir que temos em conta as opiniões das pessoas que vivem em situação de pobreza em questões importantes ou que as afectam directa ou indirectamente. Finalmente, tem que ser garantido que os direitos sejam respeitados numa situação de igualdade de oportunidades.

Suécia

Os delegados suecos têm percursos de vida diferentes – empresário, trabalhador por conta própria, gerente, com um emprego, uma família, etc... O que na Suécia é chamado de “uma vida de Svensson” (= uma vida normal). Por diferentes razões – colapso financeiro, doença – vivem hoje abaixo do limiar da pobreza. Os três têm contactos com os serviços sociais, de saúde e agências de emprego. Estão os três desempregados.

Na Suécia, existe o projecto “Uma vida digna” resultante de uma parceria entre uma ONG de âmbito nacional - VERDANDI – e diferentes serviços sociais em Örebro. Este projecto é financiado pelo Fundo Social Europeu. A ideia mestra do projecto é que os participantes cheguem ao final do projecto (previsto para Dezembro) e criem uma cooperativa. É um projecto para desempregados de longa duração, devido a doença ou outra razão, e considerados muito afastados do mercado de trabalho. A VERDANDI foi criada em 1896 como um movimento de protesto contra a injustiça social e contra a atitude dominante que considera o indivíduo como único responsável pelo alcoolismo, em vez de vítima de condições sub-humanas, instabilidade e outras circunstâncias.

Desde o início, a Verdandi – como uma organização independente do movimento operário – procurou melhorar as condições de trabalho e os salários, promovendo a habitação, a educação a jornada de trabalho de 8 horas e o sufrágio universal.

Apresentação da Eurochild

A Eurochild AISBL³ é uma rede de organizações para crianças e jovens. O seu trabalho inscreve-se nos princípios da Convenção das Nações Unidas para os Direitos da Criança. A Eurochild promove o bem-estar e os direitos das crianças e jovens a nível nacional e europeu. Os números mostram que na União Europeia, 19% de crianças entre os 0 e os 15 anos de idade vivem em risco de pobreza na antiga Europa dos 15 e que esta taxa sobe para os 20% nos 10 novos Estados Membros. A pobreza não só afecta o desenvolvimento da criança em termos de saúde, educação, bem-estar psicológico, participação na cultura, desporto, actividades de tempos livres, mas também determina as suas perspectivas futuras e esperança de vida. A pobreza infantil não diz respeito apenas a um grupo vulnerável de crianças e jovens. É uma questão transversal que precisa de ser integrada no processo do PNAI. As crianças e os jovens devem ser reconhecidos como actores no processo do PNAI e a sua participação deverá ser promovida.

O PNAI deveria incluir os indicadores da pobreza infantil, sustentados pelo que as crianças e os jovens consideram como importante para eles próprios.

A Eurochild apela assim, aos decisores políticos e a todas as partes envolvidas, a redobram os seus esforços para envolverem as crianças e os jovens socialmente excluídos.

Andre, um jovem cipriota de 16 anos conta a sua história:

Tenho 16 anos, sou estudante. A minha família desestruturou-se quando os meus pais se separaram há 10 anos atrás. Eles não estão legalmente divorciados, mas não sei onde o meu pai está, ou o que faz. A minha mãe está doente e não pode trabalhar. Vivemos exclusivamente de um subsídio que é demasiado baixo para cobrir as nossas necessidades.

Desde os meus 10 anos que trabalho durante as férias de Verão para cobrir as minhas próprias necessidades financeiras. Mas, não posso fazer o que eu realmente

³ Associação internacional sem fins lucrativos

desejo ou fazer o que outras crianças da minha idade fazem. Não tenho computador, e sinto-me muitas vezes desfavorecido, quando comparado com os meus colegas estudantes, e tenho menos oportunidades de conseguir um bom nível de educação. Normalmente fico em casa porque não tenho dinheiro para sair com os meus amigos.

Nunca me senti discriminado na escola – e sinto-me feliz por isso – mas muitas crianças são alvo de discriminação e exclusão no espaço escolar.

O nosso maior problema é que os adultos não nos ouvem, não nos deixam falar e não estão interessados nos nossos pontos de vista. Os nossos problemas não lhes interessam e muitas vezes pensam que por resolverem os “problemas da família” também resolvem os nossos. Isto não é verdade. Nós queremos ser ouvidos sobre questões como a igualdade de oportunidades na educação, lazer, socialização e a verdadeira inclusão na sociedade como membros de igual direito.

A discriminação é quando outros criticam o que tu pensas ou a forma como te vestes; é ser dispensado por seres menos capaz, porque aprecias coisas diferentes. Isto faz-nos sentir excluídos e diminui a nossa auto-estima uma vez que sabemos que não somos aceites.

Não somos respeitados na escola. O ensino é apenas aulas e exames. A imaginação, o pensamento livre e a compreensão não fazem parte. Nós queremos um sistema de ensino em que os adultos não utilizem o seu poder, mas no qual existe respeito mútuo, compreensão e aprendizagem.

Finalmente, quando apelarem a “medidas de apoio familiar”, lembrem-se que as famílias incluem não só adultos mas também crianças.

Queremos apoio financeiro.

Queremos empregos para os nossos pais.

Queremos actividades de tempos livres e de lazer para todos.

Queremos oportunidades de ensino, independentemente da nossa capacidade financeira.

WORKSHOPS⁴

No Encontro tiveram lugar 5 *workshops* agrupando:

- **Delegados** de 22 Estados Membros, da Noruega e da Bulgária, entre os quais 89% eram pessoas que vivem em situação de pobreza, que traziam a sua experiência de vida (famílias monoparentais, desempregados, sem abrigo, pessoas com deficiência, doentes, migrantes, minorias, etc.).
- “**Convidados**”, representantes de várias entidades europeias e nacionais competentes em matéria de luta contra a pobreza e exclusão social, organizações europeias assim como uma agência noticiosa. Esta estrutura constitui uma inovação.

Estes *workshops* foram constituídos para promover o debate sobre as imagens e as percepções da pobreza:

- dos diferentes grupos de interlocutores (trabalhadores sociais, funcionários do governo, investigadores, mandatários políticos,...),
- retratadas nos *media*, e
- nos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão Social (PNAI'S).

Cada *workshop* fez uma síntese e colocou um conjunto de questões e recomendações a apresentar na sessão plenária, seguidas de um debate.

Os contributos dos convidados⁵ na sessão plenária do Encontro foram incluídos no final deste capítulo.

Workshop 1

Bélgica, Chipre, Grécia, Holanda, Polónia, Portugal, Reino Unido.

Convidados: representantes do Ministério Austríaco da Segurança Social, Gerações e da Protecção do Consumidor, do Ministério Luxemburguês da Família e da Integração, do Comité Económico e Social da União Europeia, do Departamento de Pensões do Reino Unido, da Universidade de Antuérpia, do Serviço de Integração Social e de Luta Contra a Pobreza da Bélgica, da Comissão para a Igualdade Racial do Reino Unido, da Federação Europeia de Organizações Nacionais que trabalham com os Sem-Abrigo (FEANTSA).

Percepção

- *Ser pobre significa ser estigmatizado.*
- *A pobreza é pouco conhecida nas mulheres porque as mulheres a escondem.*
- *Durante séculos, a pobreza tem tido uma imagem negativa que ainda é cultivada porque a pobreza tem que suscitar o medo. A imagem retratada é depreciativa para as pessoas que são pobres.*
- *Nós temos um presidente do Encontro que tem vindo a falar da pobreza durante mais de 50 anos; isto mostra bem que é tempo de agir.*

⁴ As palavras em itálico retratam o que se passou nos ateliers.

⁵ Convidados: altos funcionários europeus e nacionais, mandatários políticos europeus e nacionais, representantes de instituições e comités europeus e membros da imprensa.

Interlocutores

- *Na Grécia as famílias monoparentais são excluídas.*
- *Os requerentes de asilo são vistos como “aproveitadores” quando querem participar na economia do país.*
- *Os funcionários dos serviços sociais não cessam de reduzir a pobreza a uma questão de dinheiro.*

Os trabalhadores sociais devem estar em contacto com as pessoas que vivem em situação de pobreza. Infelizmente, uma parte destes não tem formação e tratam as pessoas como coisas. Têm que entender o que se passa. Na Polónia foi constituído um *lobby* para ensinar as pessoas a verem as coisas de forma diferente. O importante não é dar dinheiro às pessoas, mas mudar as mentalidades.

Os intervenientes sociais devem ser qualificados e as pessoas em situação de pobreza devem ser envolvidas na sua formação. Na Bélgica existe um programa de “peritos em experiência” (*mediadores*) para formar pessoas que viveram em situação de pobreza em mediação e trabalharem como mediadores entre os representantes oficiais e as pessoas que vivem em situação de pobreza. Após quatro anos de formação, as pessoas estão preparadas a usar a sua experiência para fins profissionais.

Media

- *Os órgãos de comunicação social são muito marcados pelos reality shows, pelo sensacionalismo, pelas notícias trágicas.*
- *A pobreza não faz subir as audiências.*
- *Os media pagam às pessoas que vivem em situação de pobreza para participarem em shows sensacionalistas.*
- *Os media interessam-se pelos sem abrigo no Inverno.*
- *Os media não tentam compreender o que conduziu as pessoas para a situação de pobreza. Falam dos indivíduos que não se comportam como deveriam.*

Para aparecer nos *media* impõe-se o desenvolvimento de estratégias para atrair a sua atenção, por exemplo para os Encontros europeus.

Como melhorar a imagem?

Alguns sugeriram descrever positivamente as vidas das pessoas que vivem em situação de pobreza, tanto na televisão como nos jornais. Por exemplo, as pessoas que vivem em situação de pobreza não devem ser rotuladas como indivíduos sem educação. Trata-se de conseguir que a opinião pública tenha uma outra atitude, uma atitude que passa por não julgar os outros.

Outros participantes encorajaram a recusa da lógica sensacionalista e portanto a recusarem a participação em emissões deste tipo de programas.

Os *media* devem ser encorajados a descrever as condições que conduziram à exclusão social, e para tal é necessário “formar” os jornalistas. Assim, podem adoptar uma outra abordagem que não a do sensacionalismo e da estigmatização de grupos, como é o caso das minorias étnicas.

As estratégias e os métodos que podem contribuir para uma imagem positiva, incluem as ONG's que organizam os seus próprios eventos de comunicação social, como conferências de imprensa ou actividades públicas.

Uma outra possibilidade, como tem sido feito na Bélgica, é estabelecer parcerias com jornalistas, fazer deles aliados, por exemplo, para a realização de uma reportagem especial.

Na Polónia as ONG's apresentam pessoas que se integraram na sociedade através do desporto.

O importante é dar a conhecer o que é positivo!

As pessoas em situação de pobreza são proactivas. Elas lutam e são marcadas pela falta de respeito; lutam para viver e fazem o seu melhor. Por exemplo, os *media* podiam acompanhar uma família durante um mês ou dois, e mostrar o que ela faz para sobreviver.

Alguns grupos produzem o seu próprio jornal para dar à imagem uma "reviravolta" positiva.

PNAI's

- *O público em geral não foi envolvido na elaboração dos PNAI's.*
- *Há muita gente que nunca ouviu falar nos PNAI's.*
- *Não encontramos nos documentos, pessoas que vivem em situação de pobreza. Este não é um instrumento de trabalho simples.*
- *Nos PNAI's, cada país fixa as suas prioridades que diferem de país para país.*
- *Os textos incluem elementos importantes mas são muitas vezes apresentados de forma inacessível.*

Os principais problemas levantados em relação aos PNAI's são: a ausência de consulta ou participação da sociedade civil na sua concepção. Presentemente, os PNAI's não têm visibilidade e acessibilidade junto do público em geral.

CONTRIBUTOS PARA A SESSÃO PLENÁRIA

As experiências e observações partilhadas convergem: apesar de uma conjuntura económica favorável, o fosso entre ricos e pobres não pára de crescer em muitos países. Os delegados dos países representados no *workshop* sublinharam que o crescimento económico não é sinónimo de maior inclusão social e de menos desemprego. Apontaram repetidamente as dificuldades enfrentadas pelas crianças, jovens e famílias assim como pelos idosos. A pobreza é persistente e multi-geracional. Assim, as crianças que viveram na pobreza têm grandes dificuldades de dela saírem e existe um grande risco da pobreza "passar de geração para geração". Constataram também que, infelizmente, a discriminação étnica e racial prevalece nas nossas sociedades, rotulando alguns grupos sociais com estereótipos negativos que os excluem ou contribuem para a sua exclusão.

Mas, este ciclo vicioso pode ser quebrado. As delegações partilharam um número de *boas práticas* tais como: subvenções para formação pública, ter coragem de tomar a palavra perante o parlamento e nos órgãos de comunicação social, criar o próprio emprego graças ao reconhecimento oficial do estatuto de empresa ou cooperativa social e reforçar a criação de emprego para pessoas que vivem em situação de pobreza através da implementação de cooperativas.

No seguimento dos debates foram identificados problemas relacionados com a percepção da pobreza na sociedade:

1. Os delegados debruçaram-se sobre o contacto com os trabalhadores sociais⁶; infelizmente chegaram à conclusão que as pessoas que vivem em situação de pobreza são muito raramente tratadas como seres humanos dignos, sentem-se “apanhados” pela engrenagem de uma “máquina burocrática” e tratados como objectos em vez de pessoas. Os trabalhadores sociais podem aprender bastante com as pessoas que vivem em situação de pobreza, mas a sua formação necessita de incluir estágios profissionais no terreno.
2. A pobreza não é um tema atraente para os *media*. Regra geral, os *media* não transmitem informações credíveis sobre esta temática; não explicam as causas nem as soluções. Os níveis de audiência estão na origem da busca do sensacional, sendo a questão da pobreza abordada de forma “superficial” ou em momentos específicos como no Inverno, ou no 17 de Outubro⁷.

Apesar destas constatações, os delegados sublinharam que os *media* não são todos iguais e que há jornalistas que se esforçam por transmitir uma imagem real da pobreza. Estes são aqueles que merecem que lhes sejam concedidas entrevistas e um capital de confiança. As pessoas que vivem em situação de pobreza podem e devem transmitir a sua imagem não como vítimas mas como actores de grupos de auto-ajuda, cooperativas, etc.. Podem também criar a sua imagem mediática, publicando e distribuindo os seus próprios jornais.

No que se refere aos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão, as delegações constataram que estes instrumentos de trabalho poderiam ser muito úteis, mas sofrem de uma opacidade nas sociedades europeias. Constataram também que em numerosos países os governos não têm a vontade política para levar a cabo o processo de consulta. Assim, as delegações apelaram aos governos para:

- uma maior consulta e participação da sociedade civil no desenvolvimento dos PNAI's. Isto aumenta a sua visibilidade e ajuda a clarificar as suas prioridades.
- um maior esforço por parte dos governos para tornarem os PNAI's mais acessíveis e mais compreensíveis à sociedade civil.

Workshop 2

França, Suécia, Noruega, Finlândia, Reino Unido, Malta, Estónia, Irlanda, Espanha.

Convidados: Ministro Federal da Segurança Social (Áustria) e a FEANTSA.

Percepção

- *A pobreza é a falta de recursos para participar plenamente na sociedade*

⁶ A ser entendido num sentido lato: trabalhadores sociais, comunitários, agentes administrativos, funcionários públicos

⁷ Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza

- *Vivemos em situação de pobreza quando não temos acesso aos direitos fundamentais*
- *Não é por ser pobre que não se tem o direito a ser cidadão*
- *Não há apenas aqueles que vivem numa pobreza escondida, há também os que não a querem ver.*

Interlocutores

- *Na Suécia, a pobreza social está a tornar-se bem mais difícil de suportar do que a pobreza material, porque o nosso país depende de um sistema de protecção social, e neste momento temos um Ministro dos Assuntos Sociais que deixou de falar das pessoas que vivem em situação de pobreza porque pensa-se que não é correcto apontar um grupo como sendo pobre. Portanto, não podemos falar sobre estas pessoas. Não gostamos de dizer que existem pessoas a viver na pobreza.*
- *Quando pedi ajuda junto da segurança social, foi-me dito que eu tinha uma imagem demasiado apresentável, que a minha casa era demasiado limpa. Para eles, eu não parecia suficientemente pobre. Tenho orgulho e amor-próprio. Disseram-me que se a minha casa estivesse suja e eu parecesse um desgraçado me dariam dinheiro, mas assim..., não era um caso considerado necessitado. Temos que nos fazer passar por aquilo que não somos para termos ajuda.*
- *Algumas pessoas pensam que se estamos a viver em situação de pobreza não podemos fazer as nossas próprias escolhas.*
- *Quando recebemos subsídios deixam de nos olhar como pobres. Os beneficiários sociais enfrentam situações de pobreza mas não são contabilizados nas estatísticas.*
- *Os investigadores nunca nos referem nos seus resultados de investigação, nem nos dão uma cópia destes resultados.*
- *Os políticos não nos vêem como cidadãos. Temos que nos calar e passar despercebidos.*

Os investigadores veiculam uma má imagem da pobreza, especialmente nos resultados publicados. Falam de pessoas que não conhecem, nem tentaram entender. A investigação deve basear-se numa metodologia participativa. A abordagem de *cima para baixo* deve ser invertida. No âmbito da investigação, deve haver um envolvimento do maior número de pessoas possível a fim de evitar ter sempre os mesmos interlocutores.

Os funcionários consideram importante ter encontros *cara a cara* com as pessoas que vivem em situação de pobreza.

No que diz respeito aos decisores políticos, estes nunca ficam nas reuniões para as quais são convidados. Fazem os seus discursos e depois saem. Não é suficiente falarem **para** as pessoas; têm que falar **com** as pessoas.

Media

- *Não devemos ter medo de dizer o que pensamos ou que a situação é insustentável.*
- *Os media falam da pobreza de Outubro a Junho, porque acham que as pessoas podem morrer durante o Inverno. Durante o Verão isto não é tão evidente e como tal não é importante.*

- *Falam da pobreza apenas durante alguns meses. Mas, há 2 anos atrás, nunca a referiam; era completamente ignorada e posta de parte. Não a consideravam como uma questão de interesse público.*
- *Mostram 2 pessoas que estão doentes. Há pouco texto e muitas imagens. Olhando para elas dá-nos vontade de chorar.*
- *Têm que parar de mostrar a imagem do sem-abrigo com a uma garrafa e um cão. Nunca mostram imagens de pessoas que conseguiram sair desta situação.*
- *Os media estão mais interessados nas celebridades.*

A imagem da pobreza junto dos *media* é estereotipada, chocante, negativa e sazonal (Inverno). Os órgãos de comunicação social gostam de histórias sensacionalistas e nunca colocam a questão de como é que a situação pode ser alterada, de “como lutar contra a pobreza?” A pobreza faz medo, por isso é que lhe atribuem uma imagem resguardada.

Como mudar os *media*?

Certas organizações têm assessores de imprensa que dão uma imagem positiva deste fenómeno. Alguns jornalistas estão mais sensibilizados para estas questões, podendo ser “aliados”, pessoas em quem se pode confiar e que difundem os exemplos que lhes são dados. É importante trabalhar com jornalistas que estão familiarizados com o sector das ONG’s. É necessário mostrar como as pessoas vivem o seu quotidiano de uma forma positiva e não depreciativa.

Uma outra solução é publicar o próprio jornal como fazem algumas ONG’s. Aqui há também dificuldades de obter testemunhos reais. O medo de falar existe, não apenas por parte das pessoas que vivem em situação de pobreza, como dos responsáveis dos serviços (funcionários, trabalhadores sociais). Contar a história de alguém pode trazer problemas. Falar aos *media* pode ajudar ou destruir.

Aprender a falar a língua dos jornalistas, a utilizar as suas ferramentas, a comunicar em massa, são tudo meios essenciais para dar uma outra imagem da pobreza que não seja a da lamentação ou a do queixume. Uma formação neste domínio seria importante. É igualmente necessário produzir documentos de *marketing* que contenham uma ideologia social.

Mas nem todos os jornais estão disponíveis para abordarem o tema da pobreza. Os *jornais de rua* parecem ter passado de moda; as pessoas habituaram-se a este tipo de *media* e deixaram de os comprar. Os vendedores de jornais de rua são vistos como pedintes. Apesar de tudo, alguns destes jornais continuam a sobreviver; tanto na Dinamarca como na Suécia continuam a desempenhar um papel activo, especialmente em matéria de inserção.

Há uma grande variedade de suportes de comunicação como a expressão artística, por exemplo, com extractos de óperas onde as principais personagens são pobres e toda a história se desenrola à sua volta. Existe também a *Internet*, nomeadamente através de fóruns de discussão e partilha de experiências.

Por outro lado, o código deontológico da difusão de imagens que existe para a invocação da situação nos países em vias de desenvolvimento deveria aplicar-se igualmente às pessoas que vivem em situação de pobreza na Europa.

O marketing social poderia ser desenvolvido como o fazem as empresas. O importante é fazermos-nos ouvir, e portanto porque não subir a um carro de um “Cortejo da Pobreza” – *Poverty Pride* - ou fazer com que os Encontros Europeus se tornem tão célebres como os Jogos Olímpicos?

CONTRIBUTOS PARA A SESSÃO PLENÁRIA

A pobreza e a exclusão social são fenómenos presentes em todos os países. Porque estes fenómenos são brutalmente distorcidos, as pessoas que os vivem enfrentam questões ligadas à percepção, auto-estima e auto-confiança. Os estereótipos são perpetuados pelos *media* e pela própria sociedade.

Imagem

Os governos e os *media* recusam-se a admitir que existe pobreza e exclusão social nos seus países. Na Suécia, por exemplo, com um sistema de segurança social tão desenvolvido, a pessoas têm tendência a afirmar que não há pobreza. Não consideram a pobreza como algo complexo. Atribuem este fenómeno à falta de recursos ou ao facto dos pobres serem responsáveis pela situação em que vivem. Mas, a pobreza e a exclusão são muito mais do que isso. Está ligada à desigualdade em matéria de direitos, de acesso aos direitos – mas nós temos direito ao que nos é devido.

É positivo que se fale cada vez mais de pobreza e de exclusão, especialmente quando são pessoas que sabem do que estão a falar, o que permite dar mais visibilidade a estes fenómenos. Em certos casos, isto pode ter um impacto negativo. O problema é a rotulagem: os pobres são vistos como vulneráveis, mas eles próprios não se vêm, necessariamente, dessa forma.

Por exemplo, os imigrantes são considerados como um grupo vulnerável, mas quando lhes é perguntado, respondem que têm uma situação melhor no país de acolhimento do que no seu país de origem. Eles próprios não se consideram pobres ou vulneráveis.

Os trabalhadores sociais podem-nos ajudar ou prejudicar. Estes profissionais vêm as pessoas que vivem na pobreza como utentes, alguém que é beneficiário, e não como pessoas que têm um conhecimento profundo da situação em que vivem e uma experiência a partilhar sobre esta matéria. A relação de dependência em torno do trabalhador social pode crescer, o que influencia a percepção sobre as pessoas que vivem em situação de pobreza.

É importante afectar mais recursos, mas é igualmente necessário melhorar a qualidade do trabalho social, com uma maior participação das pessoas que vivem na pobreza e exclusão social. É necessário trabalhar com estes grupos para os ajudar a sair da pobreza.

Quanto aos investigadores, estes têm apenas uma imagem fragmentada da pobreza e da exclusão social. Deveriam usar metodologias participativas onde as pessoas

que vivem em situação de pobreza se pudessem fazer ouvir e participar no trabalho de investigação.

Mesmo que estejamos em situação de pobreza, podemos dar sempre o nosso contributo. Temos uma força interior para reagir e esta força deve ser usada como uma alavanca.

Media

Os *media* têm tendência a abordarem a pobreza através de imagens sensacionalistas que chocam, de forma a fazer subir as audiências, em vez de informar a sociedade sobre esta problemática. Os *media* “exploram” as mortes por hipotermia (no Inverno) e no Verão esquecem-se que a pobreza existe. Os *media* transmitem uma imagem irreal. Devemos mudar este tipo de representação.

Para tal, é necessário compreender como funcionam os órgãos de comunicação social de forma a poderem ser utilizados como instrumentos de comunicação, nomeadamente pelo estabelecimento de boas relações com os jornalistas para que estes aprendam a respeitar as *histórias de vida* em vez de se servirem delas para aumentar o número de vendas ou as audiências.

Mas, o mérito da representação da pobreza pelos *media* consiste na interpelação da opinião pública e chamar a sua atenção para os problemas da pobreza e da exclusão social nas nossas sociedades.

Os *media* e as novas tecnologias de comunicação devem ser usadas para difundir as nossas mensagens.

Workshop 3

França, Alemanha, Letónia, Luxemburgo.

Convidados: representantes do Serviço Federal da Segurança Social da Bélgica, do Comité de Protecção Social, da Inspeção da Segurança Social do Luxemburgo, da Agência Alter.

Percepção

- *Não nasceste como um sem abrigo.*
- *As pessoas em situação de pobreza são apresentadas como monstros, como bárbaros.*
- *Existe uma grande diferença entre a “nova” e a “velha” Europa.*

Interlocutores

- *Os profissionais do social consideram o seu trabalho mais como um trabalho de cabeça do que de coração.*
- *Na Letónia, os trabalhadores sociais são mal remunerados, precisando eles próprios de ajuda. Esta é uma das razões porque as pessoas não recorrem, voluntariamente, à sua ajuda.*
- *Muitos interlocutores têm dificuldade em comunicar.*

A maior parte dos serviços sociais tratam as pessoas que vivem em situação de pobreza como coisas em vez de pessoas.

Como forma de melhorar a percepção junto destes interlocutores, foi citado um exemplo do Reino Unido: a promoção de uma linguagem inclusiva e solidária. Não é mais o “eu” (o trabalhador social) face ao “ele ou ela” ou “eles” (os utentes) mas sim o “nós”. O “nós” é um conjunto que trabalha para encontrar uma solução.

Media

- *Na Letónia, uma revista feminina publicou reportagens e entrevistas de pessoas ou de famílias pobres. Os leitores podiam depois votar em quem consideravam que vivia em pior situação. O vencedor recebeu um prémio em dinheiro. O problema é que estas reportagens eram também populares entre as pessoas que viviam em situação de pobreza, mesmo dando uma imagem ainda mais negativa delas próprias.*
- *As pessoas pobres são uma atracção.*
- *Os jornais falam de números, não de pessoas.*
- *Não podemos esquecer que os media são empresas e os jornalistas estão limitados na sua acção. Eles têm que vender.*

O acesso aos *media* não é feito de forma justa: as pessoas que vivem em situação de pobreza são colocadas em cena de forma negativa e sensacionalista. Os jornais publicados por grupos de auto-ajuda são os melhores canais de informação sobre a pobreza.

Como melhorar a imagem?

As pessoas em situação de pobreza e as associações deveriam ter uma formação sobre os *media*. Uma boa relação com os jornalistas permite melhorar a imagem dos pobres. A redacção de cartas abertas sobre o tema da pobreza deveria multiplicar-se. A publicação do próprio jornal por parte das pessoas que vivem em situação de pobreza e as associações que os representam é um caminho a explorar.

PNAI's

- *As pessoas que vivem em situação de pobreza devem poder participar na elaboração dos PNAI's. Isto deverá ser possível ao nível regional porque a realidade da pobreza difere de região para região.*
- *Na Letónia o PNAI é um bom instrumento mas não contém acções concretas. Existe agora uma comissão de acompanhamento para a qual foram convidadas as associações, mas esta comissão não é independente, e as ONG desistiram de participar.*
- *A forma como os PNAI's são redigidos dá desde logo uma imagem específica da pobreza.*

Em geral, as pessoas que vivem em situação de pobreza contribuem pouco ou nada para os PNAI's. Os primeiros PNAI's foram escritos por políticos e burocratas. Em alguns Estados, as pessoas em situação de pobreza estão agora a começar a ser convidadas a pronunciar-se sobre os Planos, mas isto não é suficiente.

A questão é: Como garantir que a “voz” dos pobres encontre o seu lugar nos PNAI's após terem sido consultados? Uma possível resposta foi dada pelo exemplo Belga de envolver as pessoas que vivem em situação da pobreza na elaboração de um relatório geral sobre a pobreza. As pessoas que participaram neste relatório

acompanharam também a sua monitorização. Este método poderia ser usado nos PNAI's.

Como intervir no processo de elaboração dos novos PNAI's? A participação das pessoas em situação de pobreza nos PNAI's deve ocorrer com base num diálogo em dois sentidos: da Europa para as pessoas e das pessoas para a Europa. Por outro lado a EAPN deve encetar esforços para promover a participação das pessoas em situação de pobreza, que não devem ser apenas envolvidas no processo de elaboração mas também no produto e nos seus resultados.

CONTRIBUTOS PARA A SESSÃO PLENÁRIA

Após a apresentação de dois exemplos de situações de pobreza na imprensa francesa e letã, o grupo constatou que a imprensa tinha uma abordagem distante. Depois de ter aprofundado a questão das relações das pessoas em situação de pobreza e das ONG's com os *media*, os participantes tentaram identificar problemas com outros contactos chave, nomeadamente políticos, trabalhadores sociais, etc. A questão do conhecimento dos PNAI's foi igualmente abordada para tentar encontrar possíveis pistas de trabalho que permitissem a sua "reapropriação".

A promoção da participação e a sua inclusão na Agenda Social necessita de ser trabalhada a vários níveis:

1. Aumentar a participação e o envolvimento das pessoas que vivem em situação de pobreza ao nível local e regional, na implementação dos PNAI's.
2. Obter os meios financeiros para tornar possível e desenvolver a participação.
3. Estabelecer um plano de acção por parte da EAPN com recomendações:
 - o para os participantes,
 - o para cada governo.
4. Estabelecer contactos com os decisores políticos para facilitar a ligação com as pessoas que vivem em situação de pobreza.
5. Solicitar o apoio dos Estados Membros para a causa das pessoas que vivem na pobreza.
6. Ter um verdadeiro diálogo com os governos.
7. Aliar o *lobby* à acção de grupos culturais e desportivos, análises escritas e outros grupos.
8. Apoiar-se na entrada e nas questões de novos Estados Membros para dar um impulso global.
9. Aumentar a cooperação com os jornalistas.

Os participantes desejariam ser informados sobre o que se vai fazer no futuro, não apenas no âmbito da EAPN. Gostariam de receber um plano de trabalho com recomendações da EAPN e de outras instituições europeias. Os governos nacionais têm o dever de envolver os diferentes níveis da sociedade nos processos de tomada de decisão.

Os governos nacionais têm a obrigação de ouvir as pessoas que vivem em situação de pobreza e ter em conta as suas opiniões e pontos de vista.

Devemos melhorar o nosso *lobby*, não apenas a nível europeu mas também a nível nacional. Existem grandes diferenças na imagem e percepção da pobreza entre os novos Estados Membros da União Europeia e os antigos Estados. Nos novos Estados Membros os sistemas de segurança social são recentes. Os problemas são os mesmos mas os níveis aos quais eles se colocam são diferentes. Os novos Estados Membros devem trabalhar no sentido de se aproximarem neste domínio dos antigos Estados.

No que diz respeito aos *media*, é muito importante cooperar com eles para difundir uma imagem mais positiva da pobreza, para que acabem as imagens chocantes e sensacionalistas da pobreza e da exclusão social.

As ONG's têm um papel importante a desempenhar neste domínio, uma vez que estão em contacto directo com as pessoas que experienciam a pobreza.

Workshop 4

Áustria, Bulgária, Chipre, França, Irlanda, Itália, Malta, Holanda, Noruega.

Convidados: representantes do Ministério Luxemburguês e de uma revista francesa.

Percepção

- *O desemprego é vivido como algo vergonhoso.*
- *A pobreza não é vista como resultado de políticas desadequadas.*
- *Dizem que os pobres recebem mais leite do que merecem. Mas certamente menos do que o que necessitam.*
- *A pobreza é vista como algo que aterroriza as pessoas.*

Interlocutores

- *Alguns negam a existência da pobreza.*
- *Os centros de emprego encontram trabalho para os casos menos problemáticos, para os mais "empregáveis", e ignoram todos os outros.*
- *Pensam que quando estamos no desemprego, somos iletrados, que não há nada a fazer. Assim o que nos é proposto como programa de formação é do mais básico possível.*
- *Há uma relação de dependência entre o funcionário dos serviços sociais e a pessoa que pede ajuda.*
- *A pobreza é criminalizada: o dinheiro que não é direccionado para as políticas sociais é canalizado para as prisões.*

Os diferentes interlocutores tratam de números e não de pessoas. Alguns funcionários trabalham por objectivos de desempenho, como por exemplo, o número de desempregados que conseguem empregar. Assim, trabalham com os casos mais fáceis. De notar igualmente, que as formações propostas falham o objectivo, ou seja, não conduzem a um emprego. Por outro lado, os próprios formadores não têm um emprego seguro, colocando-se a questão: como é que eles próprios se podem sentir motivados nestas circunstâncias? A tendência é também a existência de uma cultura de culpabilização e de responsabilização dos próprios desfavorecidos.

Media

- *Desde o momento que dizemos que vivemos num albergue, somos rotulados como alcoólicos. Se estamos desempregados somos preguiçosos. Alguns órgãos de comunicação social tentam ouvir-nos mas isso é raro.*
- *Fazem reportagens sobre os sem-abrigo no Inverno. De outra forma nunca nos contactam para se inteirarem como é a vida num centro de acolhimento.*
- *De uma entrevista de uma hora os media passam um excerto de três minutos, normalmente a parte em que se disse algo de mais grave ou chocante.*
- *Os jornais têm a tendência para mostrar o lado negativo das coisas. As más notícias vendem melhor do que as boas. Os imigrantes são “vendidos” como usurpadores do trabalho dos outros.*

Os *media* publicam o que acreditam que o público quer ler. O quotidiano das pessoas que vivem em situação de pobreza nunca é invocado. Os *media* procuram o sensacional.

É necessário não esquecer que os *media* são empresas e portanto publicam o que vende. Por outro lado, alguns jornais são propriedade do Estado, o que quer dizer, que o poder político controla a informação publicada. Mas, há também o oposto, isto é, os *media* que influenciam as políticas.

Como mudar a imagem?

Por exemplo, na Bélgica, uma plataforma sobre habitação convidou ministros a passarem a noite na casa de uma pessoa que vive em situação de pobreza. Mesmo que este evento tivesse uma grande cobertura mediática, controlada pela plataforma para garantir que não fosse alvo de imagens negativas, não significava na prática, que o facto de um ministro passar uma noite em casa de uma pessoa em situação de pobreza, os problemas se resolvessem da noite para o dia.

Quando as ONG's são capazes de reunir histórias para “vender” aos *media* – por exemplo organizando um evento para mostrar a criatividade das pessoas que vivem em situação de pobreza – estes estão logo dispostos a fazerem a cobertura mediática.

Mas os jornalistas podem também ser parceiros.

PNAI's

- *Não sabemos muito sobre os PNAI's. Não temos informação. As pessoas mais afectadas são as menos bem informadas.*
- *Inicialmente fomos bastante envolvidos, mas agora cada vez menos porque não gostam de ouvir as pessoas mais afectadas.*
- *Os PNAI's foram um exercício ministerial.*
- *Fomos convidados apenas uma vez.*
- *O PNAI é para a União Europeia um exercício técnico.*
- *As medidas propostas são as medidas já implementadas na prática. Não há nada de novo.*

O PNAI deve ser discutido e posto em prática, a nível local, de maneira a envolver as pessoas que vivem em situação de pobreza.

Para que os PNAI's façam sentido, é importante que a sua elaboração e acompanhamento esteja aberta a todos os cidadãos.

A participação das pessoas em situação de pobreza deve ser garantida.

CONTRIBUITOS PARA A SESSÃO PLENÁRIA

Interlocutores

Em questões mais preocupantes como o emprego e o mercado de trabalho, os participantes sublinharam a falta de emprego e a dificuldade de integrar pessoas desfavorecidas no mercado de trabalho. Foi igualmente abordada a precariedade do mercado de trabalho.

O grupo debateu ainda a questão da desvinculação progressiva do sector público enquanto fornecedor de serviços, tendo esta função vindo a ser cada vez mais assumida pelo sector privado, especialmente através da privatização de agências públicas de emprego. Os funcionários dos centros de emprego necessitam de formação para melhor entenderem as necessidades das pessoas em procura activa de emprego.

A formação profissional, quer ao nível do sistema de ensino quer após a saída da escola, não conduz necessariamente à inserção das pessoas no mercado de trabalho.

Os serviços pessoais foram também discutidos. Estes serviços devem ser considerados como direitos a respeitar.

Em numerosos países, os serviços tornaram-se concessões feitas às pessoas. As pessoas desfavorecidas vivem em situação de dependência dos diferentes serviços. A discriminação e a criminalização foram temas igualmente debatidos.

Media

Que imagem transmitimos aos *media* e que imagem eles nos transmitem?

Actualmente, as más notícias são sempre notícias de primeira página. Parece que é o que o público quer. Os jornais publicam o que os leitores querem, sem procurarem as causas reais. Os jornais estão "ávidos" do sensacionalismo.

Os jornais são empresas com interesses a defender – quaisquer que sejam as suas orientações políticas – têm sempre que trabalhar em consonância com os interesses e os lucros dos proprietários.

Os *media* são muitas vezes influenciados pela política do país.

É lamentável que eles mostrem a aparência civilizada da sociedade, escondendo ou mesmo ignorando a realidade das coisas.

Mas, encontramos também viragens positivas desde que haja uma extensiva cobertura mediática.

Existem novas possibilidades: a tecnologia oferece meios de informação rápidos e eficazes com é o caso da Internet que torna acessível informação com um simples *click*.

Em conclusão, os *media* funcionam de forma idêntica em toda a Europa: dão uma imagem distorcida das pessoas que vivem em situação de pobreza e dão notícias

sobre o fenómeno da pobreza em momentos específicos, como por exemplo, no Inverno ou durante os períodos eleitorais.

PNAI's

A opinião pública não recebe informação suficiente sobre os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão.

As pessoas em situação de pobreza participam pouco, ou não participam de todo, na elaboração dos PNAI's. Há todo o interesse em envolver estas pessoas no processo, uma vez que elas são directamente afectadas por este instrumento.

Medidas específicas de emprego para pessoas em procura activa de emprego são primeiramente determinadas por objectivos fixados pelas forças do mercado; só depois são feitos esforços para definir ferramentas apropriadas. Com a formação verifica-se o inverso. As ferramentas são fornecidas, mas não há um objectivo – encontrar um emprego. As medidas de formação perdem assim a sua eficácia uma vez que o objectivo (um emprego decente e digno) se encontra muito longe no horizonte ou, pura e simplesmente, não existe.

Em alguns países, os governos favorecem determinadas categorias de pobres em detrimento de outras. Os PNAI's deviam ser detalhados a nível regional e local de forma a aumentar a participação das pessoas que experienciam a pobreza e a exclusão. É necessário reforçar o contacto com estas pessoas. A pobreza está a aumentar apesar do crescimento do PIB, daí a necessidade de permitir às pessoas em situação de pobreza de se tornarem activas no contexto dos Planos Nacionais de Inclusão Social.

Workshop 5

Áustria, Alemanha, Noruega, Espanha, França, Bélgica, Luxemburgo, Itália Hungria, Dinamarca, República Checa, Irlanda.

Convidados: representantes do Ministério da Segurança Social da Áustria, do Serviço de Integração Social do Ministério Federal da Integração Social da Bélgica, da Comissão Europeia de do Comité de Protecção Social.

Percepção

- *Temos imagens negativas de nós próprios porque os outros têm essa imagem de nós.*
- *A pobreza é a impossibilidade de nos realizarmos como pessoas.*
- *Estar longe do seu próprio país é já um factor de pobreza.*
- *Para mim, o momento mais doloroso foi quando numa loja tive que obrigar o meu filho a colocar o chocolate no sítio, porque não tinha dinheiro para o comprar.*
- *Sentimo-nos humilhados e aprisionados.*
- *Participar num Encontro como este mostra-nos que a pobreza não é uma fatalidade.*
- *A pobreza tem que parar de ser um factor de exclusão.*

Interlocutores

- *Penso que os nossos governantes não têm a menor ideia do que é procurar uma casa para viver.*
- *Os burocratas e os políticos não fazem ideia do que é a pobreza.*
- *A nova legislação faz com que os pobres fiquem mais pobres e os ricos mais ricos.*
- *Os trabalhadores sociais não compreendem a miséria que as pessoas enfrentam.*
- *Os trabalhadores sociais dizem que os pobres não podem ter hobbies. Não têm o tempo nem os meios para terem actividades de lazer.*
- *As paredes dos departamentos dos serviços sociais estão cobertas de cartazes que nos transmitem uma imagem negativa. Não podem colocar cartazes mais agradáveis porque quando se é pobre, não se tem o direito a sonhar.*
- *A opinião pública pensa que os pobres são todos iguais. Mas nós somos pessoas diferentes, com diferentes condições de vida.*

Comentário geral: as políticas sociais tentam responder às consequências da pobreza e não às suas causas.

Como melhorar a imagem?

Na Bélgica, o Departamento de Integração Social está a desenvolver um projecto que consiste em contratar dois “peritos em experiência”⁸. Esta ideia vem de uma associação que começou uma formação para pessoas que tinham experienciado a pobreza a fim de se tornarem mediadores nos contactos com os serviços públicos. O projecto resultará em 16 “peritos em experiência” a serem empregados com contrato de trabalho nos departamentos do governo federal. A experiência das pessoas que vivem em situação de pobreza é um valioso contributo para a implementação das políticas.

Foi referido que os interlocutores não eram nem todos maus nem todos bons e que alguns funcionários desempenham um bom trabalho. Mas, há um medo e um desconforto entre alguns relativamente ao que não conhecem.

O trabalho de melhorar a imagem tem que começar a nível local para eliminar os medos. Uma outra boa prática é promover espaços de debate em edifícios públicos onde se encontram os políticos (ex. Parlamento). Ser visto traz resultados.

A consciencialização da opinião pública sobre a pobreza também ajuda a mudar as representações. A sociedade em geral pode ser um instrumento para fazer mudar as políticas. Esta consciencialização pode começar pela interpelação das comunidades locais.

As pessoas que trabalham em instituições têm a capacidade de ouvir; depende das pessoas em situação de pobreza falar com eles. Estas pessoas podem ajudar nos esforços já efectuados. Em Itália, os professores receberam formação para entender as necessidades das crianças oriundas de famílias pobres. Tornaram-se assim *mediadores escolares* e a situação das crianças melhorou, mostrando que as pessoas podem ser educadas sobre questões sociais.

⁸ Ervaringskundige, pessoas que viveram em situação de pobreza

Os políticos têm também um papel a desempenhar, dando visibilidade às situações de pobreza junto do eleitorado.

“Onde quer que estejas, tens que falar, fazer exigências junto dos vizinhos e dos políticos. Devemos escutar-nos reciprocamente para nos entendermos”.

Media

- *As pessoas que vivem em situação de exclusão são consideradas como responsáveis dos problemas sociais.*
- *Os trabalhadores imigrantes são frequentemente retratados como pouco qualificados para beneficiarem de subsídios e também como criminosos que apenas corrompem a sociedade.*
- *Os media falam durante um minuto da pobreza e horas na produção da riqueza.*
- *Alguns media escrevem que os pobres são preguiçosos e inúteis.*
- *A minha foto foi publicada num jornal local anunciando a minha vinda ao Encontro. Depois disso as pessoas colocaram-me questões, interessaram-se por mim... mesmo os políticos.*
- *Os jornalistas querem a todo o custo fazer-nos dizer o que eles querem ouvir.*

Como mudar a imagem?

Contactos ocasionais com a imprensa, convidando os jornalistas para eventos organizados pelas associações podem ajudar a fazer passar uma imagem positiva. Este tipo de abordagem pode também originar contactos com as autoridades locais ou outros interlocutores chave, como resultado da informação publicada na imprensa. Este é um diálogo que deve ser mantido.

Ter a sua foto e uma entrevista num jornal local permite chegar à comunidade local e mostrar que as pessoas que vivem em situação de pobreza estão a tentar sair dessa situação.

Tomar consciência de que existem pobres e que estes estão a tentar sair da pobreza, significa que as pessoas não podem fechar mais os olhos a esta situação.

“É importante comunicar com os *media*, mas também dizer-lhes o que realmente queremos”.

PNAI's

- *Antes do PNAI, não havia nada para os pobres na Grécia.*

Os PNAI's são um óptimo instrumento. Todos os Estados Membros deviam organizar a sua luta contra a pobreza e não apenas os Estados que têm uma grande tradição de políticas sociais.

Foi feita uma proposta para criar fóruns de participação na elaboração, implementação e avaliação dos PNAI's.

CONTRIBUTOS PARA A SESSÃO PLENÁRIA

Existem muitas diferenças na Europa. A pobreza não é apenas uma questão de dinheiro mas também uma questão de qualidade de vida. Cada ser humano tem o direito de decidir como quer viver. Não podemos dizer a outra pessoa como é que ela deve viver a sua vida.

É por isso que as pessoas que vivem em situação de pobreza devem ser ouvidas. Deve ser estabelecido um diálogo com os decisores políticos. Estes devem compreender o significado da pobreza e da exclusão social.

No que diz respeito aos *media* – devemos aprender a fazer uso deles sem esquecer que o que os jornalistas querem é “ouvir uma boa história” e que nós temos essa história.

Somos ricos em ideias mas demasiado fracos na sua concretização. Em vários países estão a criar-se organizações para tentar mudar esta situação: não são levadas a sério e são muitas vezes pressionadas pelos governos.

Contributos dos convidados para a sessão plenária

A escuta directa é fundamental. A principal impressão é a multiplicidade de experiências e factores que contribuem para que as pessoas “caiam” na pobreza. Estas experiências são um excelente contributo para informar os convidados sobre a forma de ver a pobreza e a exclusão social.

O grupo reteve três elementos chave.

1. A experiência da pobreza é algo muitas vezes negado e estigmatizado.
2. As pessoas que vivem em situação de pobreza sofrem frequentemente de uma fraca qualidade de serviços, o que faz agravar ainda mais a sua situação. Há que fazer alguma coisa para remediar isto.
3. Os PNAI's não são suficientemente conhecidos e compreendidos – não estão directamente ligados às experiências das pessoas.

Foi constantemente referido que existe um forte estigma relacionado com a pobreza, o que piora o problema. Sabemos que a pobreza barra o acesso de algumas pessoas aos *media*; são impedidas de tomar parte no diálogo político. É necessário promover o acesso às esferas políticas.

No que diz respeito aos serviços, aqueles de entre nós que trabalham para o governo sabem bem que existe, frequentemente, um grande fosso entre as pessoas que vivem em situação de pobreza e os responsáveis políticos que têm como objectivo o combate à pobreza.

Há várias formas de reduzir este fosso:

- É importante aproximar as pessoas que vivem em situação de pobreza dos governos, e formá-las para que possam exprimir e partilhar as suas experiências.
- Reciprocamente, os governos devem-nos informar sobre o que estão a fazer em favor das pessoas que vivem em situação da pobreza.

Relativamente aos PNAI's, entendemos plenamente porque é que as pessoas não se sentem ligadas a este instrumento. Alguns planos centram-se demasiado nas questões europeias. A forma como os planos são transmitidos ao Conselho e à Comissão não permitem que se desenrole um verdadeiro processo nos Estados Membros. Todavia, acreditamos que os PNAI's são um importante instrumento para as pessoas que vivem em situação de pobreza e para as organizações que os representam.

Os PNAI's são um meio eficaz de combater a pobreza a nível local. Há no entanto muito a fazer para aproximar as pessoas que experienciam a pobreza aos PNAI's. Muito mais há a fazer para aumentar a sua participação na elaboração dos Planos e na formulação de estratégias anti-pobreza.

Recomendações e questões

Cada *workshop* apresentou as suas recomendações e colocou questões ao plenário que foram objecto de comentário ou de resposta por parte do painel composto por:

- **Jérôme VIGNON**, Director, Direcção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades, Comissão Europeia
- **Tom MULHERIN**, Presidente do Comité de Protecção Social
- **Brigitte WEINANDY**, Comité de Protecção Social
- **Johan VANDENBUSSCHE**, em representação do Ministro Belga da Integração Social
- **Edeltraud GLETTLER**, Directora dos Assuntos Europeus e Internacionais junto do Ministério Federal da Segurança Social, das Gerações e da Protecção do Consumidor e membro do Comité do Protecção Social, Áustria
- **Ludo HOREMANS**, Vice-Presidente da EAPN

Recomendações

Sobre ...

... a participação e os PNAI's

- Os governos nacionais devem definir indicadores de participação e utilizá-los para demonstrar o seu envolvimento na escuta das pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão social, as quais devem ser envolvidas no processo de definição destes indicadores.
A EAPN assumirá o papel de acompanhar e controlar este processo.
- O processo de inclusão social tem falta de visibilidade na Europa. Daí ser importante que os governos consultem mais largamente a sociedade civil quando se trata de desenvolver estratégias de luta contra a pobreza e a exclusão.
- Promover entre as pessoas que vivem em situação de pobreza, o direito a exprimirem-se e o direito ao voto.
- Envolver os decisores políticos de forma a estabelecerem ligação com as pessoas que vivem em situação de pobreza.
- O modelo belga de formação de “peritos em experiência” para fazerem um trabalho de mediação entre os departamentos e agências governamentais deve ser estudado por outros governos europeus a fim de o reproduzirem.
- Fomentar a participação e o envolvimento das pessoas em situação de pobreza a nível local e regional através da implementação dos PNAI's.
- Os governos devem envidar esforços para tornar os planos mais acessíveis e mais compreensíveis para a sociedade em geral.

... o envolvimento do nível nacional e local

- Com base no modelo dos Encontros Europeus devem ser organizados em todos os países europeus Encontros Nacionais para estabelecer um verdadeiro diálogo a este nível.
- Promover o envolvimento do nível local e regional na luta contra a pobreza e a exclusão social.

... os recursos financeiros

- As associações devem ter acesso directo aos Fundos Estruturais e não apenas através dos governos.
- Obter meios financeiros para apoiar e desenvolver a participação das pessoas em situação de pobreza em políticas para combater a exclusão social.

... os jornalistas

- Estabelecer boas relações com os jornalistas que são conhecedores da situação e dos problemas das pessoas que vivem na pobreza, e recorrer a estes profissionais como um canal de comunicação com a sociedade em geral.

... a formação

- A Educação e a formação profissional para jovem devem aliar-se ao processo de criação de emprego.

... o follow-up dos Encontros Europeus

- Não esquecer as recomendações do 3º Encontro.
- Utilizar as questões e a entrada dos novos Estados Membros para impulsionar todo o processo.
- Trabalhar em *workshops* específicos, temáticos.
- Estabelecer um plano de acção por parte da EAPN com recomendações
 - para os participantes.
 - para cada governo.
- Mais grupos de acção e *lobby*: actividades culturais e desportivas, e estudos.

Questões

Sobre ...

... o emprego e a formação

- Que solução sistemática pode ser garantida para que a economia social se possa desenvolver e que possa ser criado mais emprego, no contexto das ONG's e das empresas sociais?
- O que é que podem fazer para garantir a formação profissional para todas as pessoas desempregadas e pessoas com deficiência?
- Que soluções podem adoptar para facilitar o emprego digno para as famílias monoparentais e introduzir medidas que facilitem o seu emprego (horários de trabalho flexível, sistemas de guarda de crianças, etc,)?

... a participação

- O que farão para que os objectivos da Estratégia de Lisboa tenham um efeito mais vinculativo?
- Como é que vão promover o direito a se exprimirem?
- As associações querem ser parceiras do Estado e não apenas meros estimulantes ou concorrentes. Quais são os meios a utilizar para promover estas associações que trabalham em proximidade com os pobres?

... a segurança social

- O que farão para aumentar a igualdade para todos, ao nível dos sistemas de segurança social e o acesso universal ao sistema de saúde?
- Que propostas têm para dar meios aos pais para que possam proporcionar aos seus filhos uma vida digna?

... a percepção da pobreza

- Alguma vez enfrentaram uma situação de pobreza? Ou conhecem alguém que a tenha vivido? Como é que entendem a pobreza?

... o follow-up dos Encontros

- Quais são as acções que pensam empreender para dar seguimento às nossas sugestões?

Comentários e respostas

Jérôme VIGNON

A Comissão tem como responsabilidade propor aos governos nacionais escolhas sobre estratégias de luta contra a pobreza e a exclusão social. A mensagem deixada por este Encontro é muito forte.

A Comissão no seu trabalho de iniciativa vai dar um maior reconhecimento ao facto da exclusão começar já na forma como as políticas, incluindo as políticas sociais, são formuladas, a forma como as políticas exprimem, ou não, um sentimento de superioridade em relação às pessoas que era suposto ajudarem. A exclusão forma-se já nas imagens veiculadas no discurso público e reflectidas nas atitudes administrativas. A Comissão irá ter em conta este factor quando formular a Estratégia Europeia para combater a pobreza.

Alguns *workshops* perguntaram o que é que a Comissão poderia fazer. A Comissão tem a intenção de continuar a agir e a insistir sobre o facto da Estratégia Europeia e Nacional de luta contra a pobreza continuar. Esta estratégia tem 5 anos e continuará certamente até 2010 e muito provavelmente para além desta data. É necessário fazer de tudo para que a inclusão social e uma sociedade mais inclusiva se mantenha parte integrante da própria Estratégia Económica. Para este efeito aproveitaremos a realização de vários eventos, nomeadamente:

A conferência sobre “monitorização social” que abordará o futuro dos Planos Nacionais de Acção para a inclusão a decorrer nos dias 13 e 14 de Junho de 2005.

A tradicional Mesa Redonda que terá lugar em Glasgow em Outubro, onde a Comissão aproveitará para relançar a estratégia.

A Comissão debaterá com o Comité de Protecção Social a execução dos PNAI's 2003-2005, dentro de alguns meses.

Para o período 2006-2008, a Comissão irá propor novos objectivos comuns que serão implementados com base em metodologias que visam a participação de pessoas que vivem em situação de pobreza e de exclusão. Os *media* deverão ser encorajados a reportarem exemplos de sucesso na implementação da Estratégia para a Inclusão Social. O papel da União Europeia em matéria de percepção da pobreza é promover uma imagem realista deste fenómeno. A abordagem da União Europeia em matéria de luta pela inclusão social, baseada nos direitos, na igualdade e na dignidade das pessoas em situação de pobreza tal como para qualquer outro cidadão, deverá ajudar a contrariar a propensão para o complexo de superioridade.

Assim, convém reflectir sobre as melhores formas de implementar acções e estratégias para lutar contra a pobreza e a exclusão social de forma a incitar os ministros - não apenas o dos assuntos sociais – para reconhecer que o que é justo para os pobres é bom para toda a sociedade. A implementação de políticas para os pobres é um investimento na justiça e um alicerce para o futuro.

Esta perspectiva está inscrita na agenda europeia e não será abandonada; a comprovar isto está escolhida de 2010 como o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social.

Tom MULHERIN, Presidente do Comité Económico e Social

As discussões sobre as políticas europeias e mesmo nacionais são bastante abstractas. É essencial que estas políticas na sua fase de elaboração e implementação tenham plenamente em conta os problemas reais. Para tal é necessário estabelecer um contacto e uma comunicação com as pessoas afectadas. Os políticos, incluindo ministros, contam com essa comunicação. Assim como aqueles que desenvolvem as políticas para submeter à consideração dos ministros. As ONG's que trabalham no campo da inclusão social fornecem importantes canais de comunicação e trabalham arduamente para conseguir que as questões mais importantes façam parte da agenda política a nível local, nacional e europeu. Este Encontro constitui uma excelente oportunidade para escutar directamente as pessoas afectadas pelos problemas que as políticas económicas e sociais dos Estados Membros visam combater.

Os membros do Comité Europeu de Protecção Social são funcionários de alto nível que representam os seus ministros e reportam ao Conselho Europeu. O Comité de Protecção Social é plenamente apoiado pela Comissão Europeia e desenvolve com esta instituição uma cooperação muito produtiva – no âmbito do Método Aberto de Coordenação – em numerosas áreas, incluindo a inclusão social que é, primeiramente, da responsabilidade de cada Estado.

É necessária uma acção real a nível nacional para garantir que as políticas abranjam todos os aspectos das pessoas afectadas. A participação a nível local é essencial para maximizar o seu sucesso.

Alguns participantes foram críticos em relação aos PNAI's: na vossa perspectiva estes não foram bem sucedidos. No meu ponto de vista, estes Planos estão a melhorar e, ainda que o progresso seja lento, é no entanto significativo. A sua contribuição tem sido crucial no desenvolvimento de uma abordagem multifacetada à

exclusão social. Estes documentos são evidentemente redigidos numa linguagem mais acessível aos especialistas do que às pessoas visadas pelas propostas políticas que contêm. Para serem bem sucedidos, as autoridades nacionais necessitam de fazer muito mais, tanto para envolver as pessoas na elaboração de políticas inclusivas como na explicação dos resultados daí decorrentes.

Um dos principais aspectos positivos dos PNAI's é a forma como promovem estratégias comuns entre governos sobre as múltiplas facetas das problemáticas abordadas.

A reflexão conjunta pode demorar muito a ser construída, mas os potenciais resultados valem a pena.

Brigitte WEINANDY, Ministra da Família e da Integração do Luxemburgo, membro do Comité de Protecção Social

Já alguma vez vivi em situação de pobreza?

Por sorte, e pelas circunstâncias da vida, nunca fui pobre. Quando era criança, sabia que haveria sempre alguém com meios para me dar a comida e os brinquedos que eu precisava. Tive sempre uma segurança material e nunca experienciei a pobreza. No entanto, antes de assumir as minhas funções no Ministério, trabalhei durante muito tempo no terreno com pessoas que viviam em situação de pobreza e com ex-reclusos.

Passando deste domínio para a esfera mais remota do governo central, notei uma coisa – a minha forma de olhar e escutar mudou. Escutamos e entendemos melhor uma pessoa quando a olhamos nos olhos e o facto de ver a pessoa à nossa frente, pode levar a diferentes decisões.

Quando, no decurso da nossa vida profissional, perdemos a oportunidade de “olhar as pessoas nos olhos”, isto também muda a imagem. É verdade que ao trabalhar em dossiers políticos pode perder-se de vista os indivíduos que estão por de trás deles.

Neste contexto, gostaria de evocar uma prática luxemburguesa que considero particularmente boa: qualquer decisão planeada para cancelar a prestação do “rendimento mínimo garantido” de um beneficiário que cometeu uma ilegalidade, não pode ser tomada antes do beneficiário ter tido uma entrevista com o alto funcionário que tomará a decisão.

Diversos participantes deste Encontro disseram que a pobreza tem muitas vezes uma imagem grosseiramente distorcida. É verdade, e penso que os decisores políticos têm também uma responsabilidade na difusão desta imagem. Tendem a centrar-se no custo da luta contra a pobreza e a exclusão, mas insistem pouco sobre o contributo que as pessoas que vivem em situação de pobreza podem dar, por exemplo, quando são envolvidas em projectos de trabalho comunitário. Ter em conta esta contribuição poderia também ajudar a mudar a imagem.

Certos decisores políticos não gostam de admitir que na União Europeia há 14 milhões de *trabalhadores pobres*. Pode não ser um número agradável, mas tem que ser dito porque isso pode contribuir para mudar a imagem pública das pessoas que

vivem em situação de pobreza: não são apenas os beneficiários que procuram a ajuda social, mas também as pessoas que têm um emprego.

No que diz respeito aos grupos vulneráveis que dependem dos serviços sociais, é necessário avaliar as políticas sob o seguinte aspecto:

- Que políticas estão a contribuir para “atribuir” a imagem negativa de “subsídio-dependentes” às pessoas que vivem em situação de pobreza, e que políticas podem ajudar as pessoas que experienciam a pobreza a “livrarem-se” dessa imagem?

As políticas de “activação” por exemplo, são uma maneira positiva de ajudar as pessoas que vivem em situação de pobreza a libertarem-se da imagem negativa da inércia.

Um último ponto é a importância da participação. Cada responsável político deve ter consciência que a participação exige antes de mais, a criação de estruturas que tornem possível essa participação.

Resumindo, alguém disse que a pobreza tem tido uma imagem negativa durante séculos porque esta deve suscitar o medo. Sim, a pobreza tem que ter uma imagem negativa, mas porque é um escândalo para as nossas sociedades, um escândalo que deve ser denunciado tanto como a luta contra a pobreza deve ser reconhecida como uma verdadeira prioridade política.

No *workshop* em que participei, uma jovem disse que fez tudo o que podia para esconder a pobreza. Este comentário encerra toda a vergonha que está ainda ligada ao facto de se ser pobre, quando o que é vergonhoso é a pobreza, e não a pessoa que nela vive!

Johan VANDENBUSSCHE, em representação do Ministro Belga da Integração Social.

Como é que a pobreza é percebida nos media, e qual é o efeito que daí resulta a nível político?

Os *media* utilizam imagens fortes sobre a pobreza e a exclusão social. Mas quanto mais rica é uma sociedade, mais ela se centra na sua riqueza e nega uma parte da população – os excluídos – dizendo: “a culpa é vossa”. O contacto entre estes dois grupos deixa de existir e o resultado é a formação de uma sociedade a dois níveis, facto que deve ser evitado a todo o custo.

Há que salientar que os *media* podem contribuir para melhorar ou piorar as situações. Não se pode negar que os *media* têm um impacto. Os *media* podem fazer de um evento uma história sensacionalista.

Mas é importante que a imagem transmitida seja positiva, que recaia nas oportunidades e nas opções.

A que reage um ministro?

A dois aspectos importantes:

1. A apresentação de boas práticas. Nunca se envergonhem do que estão a fazer.
2. A apresentação de experiências e de testemunhos individuais. Há um crescente número de publicações que descrevem a forma como as pessoas acabam por “cair na armadilha” da pobreza e como elas perdem o seu estatuto de vida. É importante que por de trás dos números esteja um rosto, uma pessoa. A política não é insensível a estas situações.

Está claro que muito mais necessita de ser feito e posto em prática através da participação. Quanto mais próximo das pessoas que experienciam a pobreza e a exclusão estiverem as políticas sociais mais probabilidade têm de serem adequadas e eficazes.

Na Bélgica está em criação uma estrutura consultiva que colocará as organizações em contacto permanente o que permitirá melhorar a informação e envolvê-las de uma maneira directa.

Por outro lado as experiências e saberes presentes neste 4º Encontro são também particularmente importantes, porque os testemunhos de histórias de vida são também um veículo de transmissão de informação. É necessário uma comunicação nos dois sentidos: dos políticos para os cidadãos e dos cidadãos para os políticos.

Os Encontros Europeus são um instrumento que permite desenvolver uma série de contactos que devem ser duráveis.

Na Bélgica, há 10 anos atrás elaboramos um Relatório Geral sobre a Pobreza. Passados 10 anos, constatamos que a realidade não mudou muito, apesar das medidas adoptadas. Mas, é indispensável alargar a discussão, incluir nova informação e esta é a razão pela qual a Bélgica iniciará um novo debate. A comunicação tem que se manter permanentemente actualizada.

Assim, os Encontros devem o seu sucesso à preparação a nível nacional, mas também ao *feedback* desta iniciativa, que é dado nos diversos países que enviaram as suas delegações.

Edeltraud GLETTLER, Directora, Assuntos Europeus e Internacionais, Ministério Federal da Segurança Social, das Gerações e de Protecção ao Consumidor;
Membro do Comité de Protecção Social, Áustria

Este Encontro tocou-me a nível emocional, mais do que qualquer outra conferência, e convenceu-me da importância da troca de experiências a nível europeu. Longe dos conhecimentos teóricos, mas como um facto real, tangível, vi que a pobreza é uma violação da dignidade humana. A pobreza não tem apenas uma multiplicidade de causas, tem também muitos rostos. É importante mudar a representação da pobreza junto do maior número de pessoas possível por contactos directos e pessoais. Os rostos anónimos e as análises não deveriam prevalecer, mas sim o diálogo real com as pessoas que vivem em situação de pobreza. E isto é válido para toda a gente, não apenas para os políticos, funcionários públicos e jornalistas.

Agradeço-vos por me ter sido dada esta oportunidade de ouvir o que foi dito ontem nos *workshops* – esta experiência terá certamente uma influência no meu trabalho futuro.

Na fase de preparação deste Encontro, constatamos que havia muito poucos trabalhos ou estudos sobre o tema “Imagens e percepções da pobreza”. Um destes estudos revela que a imagem da pobreza não vem tanto das pessoas que a experienciam mas sim daqueles que a administram. Como disse a Ministra Marie-Josée Jacobs, fala-se mais de pobres e de pobreza com a chegada do Natal. Mas alguns estudos foram realizados sobre pessoas com necessidades especiais, e aqui, eu gostaria de dizer que as pessoas com deficiência têm hoje mais cobertura nos *media*, do que alguns anos atrás.

O Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (2003) foi importante neste domínio. Estações de televisão austríacas transmitiram numerosos programas em cooperação com o Ministério da Segurança Social, das Gerações e da Protecção do Consumidor, que ajudaram a melhorar a imagem das pessoas com deficiência. O Ano da Igualdade de Oportunidades para Todos, anunciado pela Comissão para 2007, poderá ter o mesmo efeito no que se refere às pessoas que vivem em situação de pobreza.

Graças em parte a este Encontro, pode ser incluído um novo objectivo nos objectivos comuns em matéria de luta contra a pobreza e a exclusão social, objectivo este que reflectisse o tema deste Encontro: “Imagens e percepções da pobreza”. Por exemplo, os Estados Membros poderiam apelar a uma troca de boas práticas neste domínio.

O tema “Imagens e percepções da pobreza” deveria fazer parte dos programas de formação de futuros jornalistas, funcionários públicos e outros. As oportunidades de emprego e formação poderiam aumentar nas ONG's.

Fiquei impressionada com o exemplo Belga dos “peritos em experiência”, isto é formação de pessoas que viveram em situação de pobreza, para trabalhar nos serviços públicos, com o objectivo de servirem de mediadores entre pessoas que vivem na pobreza e os departamentos do governo. Esta é uma prática bastante interessante e irei sugerir a sua implementação na Áustria.

A Áustria continuará a tradição dos Encontros Europeus das pessoas que vivem em situação de pobreza e, no próximo ano, organizará o 5º Encontro, em colaboração com a Comissão Europeia e a EAPN. Esperamos que seja um evento de grande interesse e sucesso. Começaremos desde já a reflectir sobre as formas de melhorar a comunicação entre as pessoas que experienciam a pobreza, os organismos públicos e o nível político.

Desejo a todos boa sorte, e mais uma vez obrigado pela oportunidade de participar neste importante e impressionante evento.

Ludo HOREMANS, Vice-Presidente da EAPN

O 4º Encontro é um dos mais importantes encontros que a EAPN gostaria de rentabilizar no âmbito da Rede. Todas as delegações presentes no Encontro estão em contacto com uma rede nacional. É a este nível que o trabalho tem agora que prosseguir entre o 4º e o 5º Encontro.

Follow-up do 4º Encontro

A EAPN não vai esperar pelo 5º Encontro para abordar as questões que aqui foram levantadas. Estas problemáticas serão tratadas não só no âmbito da Rede mas também no quadro das preparações nacionais. Pela primeira vez em 2004, foi previsto um orçamento para este fim. A EAPN espera que a Presidência Austríaca mantenha este orçamento de maneira a que encontros nacionais possam ter lugar nos diferentes países e não apenas entre as pessoas que vivem em situação de pobreza. É importante prosseguir com o diálogo a nível nacional, e sobretudo se este estagnou. O diálogo deve portanto ser conduzido por parceiros, incluindo os que se encontram fora da esfera estritamente social.

Os Media

Muito foi dito sobre as imagens e os *media*. Os resultados dos *workshops* demonstraram que nos *media* há diferentes tipos de pessoas. Temos a imprensa escrita e a televisão que são empresas que têm que ser rentáveis, mas paralelamente, há também jornalistas com ética que tentam fazer passar uma imagem real. Podemos encontrar aliados entre estes jornalistas. Assim, é necessário identificar a nível nacional, onde podemos estabelecer relações e protocolos de forma a melhor penetrar no mundo dos *media*.

A importância do nível local

Com a adesão dos novos Estados Membros, há claramente novas realidades. A EAPN deve reagir no contexto das suas assembleias-gerais e no âmbito das *task forces* que estão a monitorizar os PNAI's. A EAPN quer progredir, abrir perspectivas porque estamos conscientes que temos que ajudar a construir uma nova União Europeia.

Em alguns países fundadores da UE, por altura do alargamento, os cidadãos disseram NÃO ao Tratado Constitucional. Não porque não desejam a União Europeia, mas simplesmente porque dizem que "Não fomos suficientemente envolvidos. Queremos ser melhor informados, e enquanto isso não acontecer, não alinharemos".

Estes NÃOS mostraram o quanto é importante o nível local, na Europa. Até ao momento, foi muito pouco considerado o nível local, mesmo os PNAI's, que se centram nos governos, mas não no nível local, que é exactamente onde a pobreza deve ser combatida. Se as pessoas que vivem em situação de pobreza notam uma melhoria na sua situação, é porque há uma melhoria ao nível local.

Tivemos um sério aviso. É absolutamente necessário que as autoridades e as associações reconheçam que o nível local tem que ser envolvido. A Rede é assim particularmente importante para pôr em prática a participação.

O desenvolvimento dos Encontros

No decorrer dos Encontros, a participação tem sido uma questão bastante evocada, mas também outras problemáticas não menos importantes, como a habitação, o emprego, a saúde, a formação profissional, etc. Foi igualmente lembrado que para as pessoas em situação de pobreza o dia a dia se traduz numa luta pela sobrevivência. Este trabalho que as pessoas têm que enfrentar não é reconhecido. Se os compromissos assumidos se reportam ao respeito e à dignidade, devem também abranger a questão do rendimento. A EAPN pensa que é por isso que a questão do rendimento mínimo é importante.

Dos Encontros resultaram boas ideias de trabalho sobre a forma e o processo da participação. Agora que o 5º Encontro foi anunciado, é necessário tomar nota disso, para avaliar o que foi e o que não foi feito, tentar fazer um balanço a fim de prepararmos melhor o próximo Encontro e dar os passos necessários para o futuro da construção europeia, onde a dimensão social é tão importante como a dimensão económica.

É necessário um novo compromisso por parte dos políticos e da Comissão, do Presidente da Comissão. É necessário dizer que os objectivos de Nice para a Estratégia Europeia para a Inclusão têm um papel importante a desempenhar na Estratégia global de Lisboa.

Mas, não esqueçamos que as decisões na Europa são tomadas pelos nossos ministros nacionais, e é a este nível que temos que agir primeiro. É este trabalho que devemos empreender.

Debate com o público

- **Nós não queremos uma imagem negativa, não queremos continuar na pobreza. Nós temos orgulho, nós somos seres humanos.** Vivemos na pobreza mas não é uma vergonha. Nós lutamos, nós temos uma atitude positiva. Nós queremos sair da pobreza. Porque é que temos que nos esconder? Não deveria ser necessário reivindicar os nossos direitos – nós deveríamos ter esses direitos.
- **“Os pobres não podem esperar”.** Há pessoas a quem lhes são negados os direitos fundamentais. Nos processos de tomada de decisão, os políticos devem ter em mente que os pobres não podem esperar.
- Nestes dois dias falou-se muito sobre ajudar as pessoas. Eu acho isto surpreendente. Estamos sempre a dizer que as vamos ajudar. **O que nós queremos é apoio, ter oportunidades para sairmos da pobreza.** Ajudar as pessoas que vivem com necessidades, que precisam de ajuda imediata. Mas, dar sempre a mão, ajudar sempre não nos fará sentir melhor ou mais fortes.
- É muitas vezes difícil podermos exprimir-nos. Para as pessoas que estão na prisão, se **não lhe dermos recursos, não serão capazes de fazer nada** quando saírem em liberdade. O mesmo se passa com os seropositivos; se não lhe permitirmos a integração na sociedade, se não tiverem recursos, não podem tomar medidas preventivas. Se as pessoas em situação de pobreza continuam nesta situação, não podem sair dela facilmente. A pobreza, a SIDA, a prisão, fazem de todos nós presos. Não deveríamos estabelecer

categorias. São todas pessoas sem recursos e se não lhes são dados os meios, não podem sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

- Como é que os imigrantes podem ser incluídos e socialmente integrados na sociedade? **Já é mais do que tempo para que a União Europeia reconheça o contributo que os imigrantes trabalhadores trazem para a sociedade e as economias dos diferentes países.** O que é que a União Europeia propõe aos trabalhadores imigrantes para os integrar socialmente?
- **Para nós imigrantes, a Europa é uma realidade remota e penso que não somos tratados de forma digna.** A discriminação é evidente. O que é que a Europa pode fazer por nós que queremos igualdade de oportunidades, dignidade e respeito?
- As crianças ciganas nascidas na União Europeia não têm permissão para ficar. É uma **negação dos direitos humanos** e, quando atingem os 18 anos, podem ser repatriadas para os seus países de origem dos quais nem a língua falam. O direito destas crianças à cidadania deve ser reconhecido.
- Não posso acreditar que estou a ouvir que os PNAI's conduzem ao progresso. **Em diversos países, o produto interno bruto aumentou, mas a pobreza aumentou igualmente.** Qual é o progresso resultante dos PNAI's?
Na Áustria, as pessoas não compreendem que se fale no Tratado Constitucional de dignidade humana e no resto do texto não seja feita qualquer referência aos recursos necessários que permitem às pessoas viverem dignamente.
- Na Grécia, **certos direitos sociais adquiridos são postos em questão.** Como é que podemos levar a luta contra a pobreza em frente se ao mesmo tempo são questionados direitos sociais?

Resposta de Jérôme Vignon, Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades, Comissão Europeia

Teremos em conta na nossa acção política e nos vários fóruns de decisão política em que estivermos presentes, tudo o que aqui foi dito, através do Método Aberto de Coordenação. Teremos em consideração tudo o que foi dito em matéria de direitos, especialmente os direitos dos imigrantes. Todos os imigrantes e as suas famílias – mesmo aqueles que não são de nacionalidade europeia – que são residentes legais, têm direito à protecção social e à não discriminação. Se é necessário ajudar para observar que este direito é universalmente compreendido, utilizaremos o Fundo Social para formar aqueles que estão em contacto com os imigrantes e as suas famílias, os funcionários dos serviços sociais, os membros da polícia e do sistema judicial.

Finalmente, foi dito que os PNAI's não correspondiam necessariamente ao progresso. Eu gostaria de dizer que o papel do processo europeu é testemunhar os compromissos que os Estados Membros assumem através dos Planos. Nos anos futuros – de 2006 a 2010 e para além – o Comité de Protecção Social apoiado pela Comissão avaliará se o crescimento está ao serviço da luta contra a pobreza. Se isto não acontecer, é nosso dever dizê-lo e instigar os Chefes de Estados e dos Governos a mudarem essas políticas.

Sessão de Encerramento

Brigitte WEINANDY pediu desculpa pela ausência de **Marie-Josée JACOBS**, Ministra da Família e da Integração do Luxemburgo, e fez a intervenção em seu nome.

No encerramento do 3º Encontro, os participantes pediram para que fosse dado um seguimento a certos debates sobre questões chave deixadas em aberto nos Encontros anteriores. Regozijo-me que o 4º Encontro vos tenha dado a oportunidade de voltar a essas questões.

Se, no decurso do debate, não foram dadas respostas a todas as questões, preocupações, inquietações, e mesmo angústias, que alguns destes temas suscitam tornaram-se no entanto mais claras. A maior parte do trabalho foi consagrada ao tema do 4º Encontro, nomeadamente às “Imagens e percepções da pobreza”. Fazer este trabalho em tão pouco tempo foi um verdadeiro desafio. Olhando para os relatórios dos diferentes *workshops*, parece-me que o desafio foi enfrentado com coragem.

As propostas para melhorar a forma como a pobreza é vista na Estratégia Europeia para a Inclusão merecem ser estudadas mais de perto.

Num Encontro anterior, um dos delegados disse “*as pessoas que vivem em situação de pobreza têm qualquer coisa a dar aos decisores políticos!*” Os resultados dos trabalhos do 4º Encontro mostram uma vez mais que este delegado tinha razão. Portanto, é primordial que os decisores políticos tomem consciência dos resultados dos trabalhos levados a cabo durante estes dois dias.

Por minha parte, comprometo-me a dar conta deste Encontro aos meus colegas do Conselho Europeu.

Como o último Conselho do Emprego e Assuntos Sociais, sob a Presidência Luxemburguesa, já se realizou no dia 2 de Junho, pedi ao Reino Unido, que presidirá ao próximo Conselho, para transmitir a minha mensagem nessa ocasião, ao que a futura presidência respondeu positivamente. Os resultados das discussões do 4º Encontro poderão assim ser escutadas ao mais alto nível.

Neste contexto, gostaria de, muito resumidamente, voltar ao que a minha colega, Ursula Haubner, disse ontem: a Presidência Luxemburguesa congratula-se com o facto da Áustria se comprometer a organizar o 5º Encontro em 2006, no decorrer da Presidência Austríaca do Conselho da União Europeia.

No decorrer do Encontro, ninguém falou *por vós*. Foram vocês que falaram por vós próprios! Ao fazê-lo, e na forma como o fizeram, contradisseram uma vez mais a imagem estereotipada da pessoa pobre, paralisada, reduzida ao silêncio pela miséria em que vive. No meu discurso da sessão de abertura, referi que os objectivos comuns de luta contra a pobreza adoptados pela União Europeia, em Dezembro de 2000, apelavam à promoção da expressão das pessoas que viviam em situação de pobreza. Este Encontro conseguiu com toda a certeza fazer isso!

Esses mesmos objectivos apelaram também à promoção da participação das pessoas que vivem em situação de pobreza.

A participação foi o tema chave do 3º Encontro. Gostaria de sublinhar, que no meu ponto de vista, a questão da imagem da pobreza e a da participação estão ligadas.

A importância da participação é geralmente reconhecida:

- O Conselho Europeu de Março de 2004 convidou os Estados Membros a construir “Parcerias para a reforma”, nomeadamente com a sociedade civil,
- Em Março desse ano, o Conselho Europeu pediu aos Estados Membros para estabelecerem “programas nacionais de reforma” que deverão ser objecto de uma consulta alargada de todas as partes,
- A Agenda Social 2005-2010 prevê o envolvimento de todos os actores num fórum anual de avaliação,
- As orientações estratégicas propostas no quadro da política de coesão ligam a eficácia destas políticas à qualidade de um partenariado alargado à sociedade civil,
- Um dos princípios propostos pelas políticas de desenvolvimento sustentável apela a todas as associações e partes interessadas a promoverem oportunidades para a participação.

As pessoas que vivem em situação de pobreza e as associações através das quais se organizam estão certamente entre as partes interessadas!

2007 será o ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos. A Comissão Europeia irá propor um debate sobre formas de reforçar a participação na sociedade dos grupos sub-representados.

As pessoas que vivem em situação de pobreza fazem parte sem dúvida alguma destes grupos.

Para mim o reforço da sua participação exige em primeiro lugar, o reconhecimento de que estas pessoas estão prontas e dispostas a participar.

Gostaria aqui de citar duas frases que, devido à sua verdade profunda, me perturbaram fortemente.

A primeira citação é a de um participante de um Encontro anterior que disse. *“Os pobres são geralmente vistos como parasitas, quando na realidade passam a maior parte do seu tempo e energia a tentarem sobreviver”*. A segunda frase é da autoria do Padre Joseph, fundador do Movimento ATD Quart Monde: *“Os pobres sabem no mais íntimo de si mesmos que a sua luta quotidiana é na realidade o combate de toda a humanidade contra a pobreza e a exclusão. Eles sabem que esta luta não é somente deles, mas um desafio real para toda a humanidade”*.

Sim, o combate à pobreza é um desafio para todos nós, porque enquanto que os pobres são aqueles que a vivem, não são apenas eles que a produzem. A pobreza é também a expressão de muitas injustiças sociais e o produto de muitas escolhas políticas. Esta percepção da pobreza, rejeitada por muitos indivíduos e decisores políticos, inocenta as pessoas que vivem em situação de pobreza da acusação de que eles são responsáveis pela sua própria pobreza.

Mas, se olharmos mais de perto, vemos claramente que estas acusações são infundadas, e a tentação de recusar a participação às pessoas que vivem em situação de pobreza atenua-se.

A este nível, os decisores políticos poderiam ter um papel crucial para desfazer os estereótipos.

Estou também convencida que é igualmente necessário olhar mais de perto as políticas dirigidas às pessoas que vivem em situação de pobreza a fim de abolir as que encerram a imagem de beneficiários. As pessoas que vivem em situação de pobreza são confrontadas com dificuldades a nível do rendimento, habitação, educação, emprego, saúde, protecção social, transporte, segurança e justiça, cultura e lazer.

Assim o objectivo da luta contra a pobreza deve ser integrado – *mainstreamed* - em todas as políticas. Governos e ministérios, e não apenas os dos Assuntos Sociais, deveriam participar na implementação deste objectivo.

Os “Encontros Europeus de Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza” poderiam também beneficiarem do envolvimento dos vários departamentos governamentais assim como das diferentes Direcções Gerais da Comissão Europeia.

Maria MARINAKOU, Presidente da EAPN

É sempre um desafio fazer as conclusões de um Encontro tão produtivo, do qual resulta um forte diálogo participativo. Muitas das questões que foram abordadas pintam a tela da vida quotidiana das pessoas que vivem diferentes situações de exclusão social, porque a pobreza reveste-se de múltiplos aspectos, aqui reflectidos pelos 160 participantes de 22 países europeus.

Fizemos uma análise crítica dos *media*, do seu papel e do seu poder em produzir imagens estereotipadas e explicações superficiais sobre as causas da pobreza. Foram abordadas práticas discriminatórias e o impacto que as percepções da pobreza têm nas políticas sociais e nas atitudes dos trabalhadores sociais.

Apesar dos estudos indicarem que os países que têm sistemas de protecção social mais desenvolvidos, baseados na solidariedade, terem mais probabilidade de terem percepções que reconhecem as causas estruturais da pobreza em vez de considerarem a pobreza como uma patologia individual – uma questão de responsabilidade individual – os participantes evidenciaram que as percepções negativas da pobreza predominam em todos os países.

Uma das mensagens mais fortes dos debates é que as percepções individualizantes da pobreza resultam na estigmatização, na vitimização e na falta de poder das pessoas que vivem em situação de pobreza, atirando estas pessoas para um ciclo vicioso. Contrariamente à imagem de “vítimas”, muitos testemunhos de participantes provam que as pessoas em situação de pobreza, as suas famílias, os seus vizinhos e comunidades mostram que as pessoas na pobreza têm uma poderosa capacidade de sobrevivência que lhes permite encontrar soluções e transferir as suas experiências em acções colectivas.

Isso não quer dizer que as soluções individuais possam substituir as políticas, bem pelo contrário. A EAPN sempre defendeu que as políticas devem ser alimentadas por experiências concretas das pessoas em situação de pobreza, que a sua voz

deve ser ouvida e que a sua experiência deve ser tida em conta na elaboração das políticas, e os seus direitos políticos, económicos e sociais garantidos. Isto constitui a essência da participação e o fundamento do 4º Encontro: as pessoas em situação de pobreza são “peritos da sua própria experiência”.

As discussões reconheceram o poder dos *media* para moldar a imagem das pessoas que vivem em situação de pobreza, e em certa medida, de terem um impacto sobre as políticas.

Os *media* retratam muitas vezes imagens discriminatórias e assim legitimam divisões sociais em relação à raça, etnicidade, imigração, género, deficiência, cultura, monoparentalidade, toxicodependência, etc.

Mas, enquanto a abordagem sensacionalista e dramática dos *media* apresentando casos individuais de forma superficial, manipulativa e pouco dignificante – são práticas que são claramente entendidas e necessitam de ser fortemente criticadas, – há também um claro reconhecimento da necessidade de construir alianças com jornalistas que respeitam a ética profissional, e construir estratégias comunicacionais a todos os níveis, especialmente ao nível local, onde os *media* podem ser mais facilmente abordados e influenciados. Algumas boas práticas neste sentido foram identificadas na Bélgica e na Polónia. Muitos participantes referiram que as novas tecnologias, como a Internet, devem ser acessíveis de maneira a dar visibilidade às questões da pobreza.

No campo das políticas e particularmente nos PNAI's, foi claro que após duas rondas de Planos para os 15 e uma para os novos Estados Membros, há ainda um longo caminho a percorrer antes de dizer que a mobilização de todos os actores, a consulta, a participação e a inclusão das pessoas que vivem em situação de pobreza foi realmente conseguida. Os participantes afirmaram claramente que a “verdadeira política” capaz de combater a pobreza e a exclusão social é uma fórmula ausente nos PNAI's.

Apesar de em 2000, em Lisboa, tenha sido dado um novo impulso para lutar contra a pobreza e a exclusão social com um apelo de “produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza até 2010”, muitos de nós interrogam-se sobre o que foi conseguido até ao momento? E como é que os governos planeiam alcançar este objectivo até 2010?

Cortes, privatizações de bens e serviços públicos como a electricidade, água e serviços de saúde, elevados níveis de desemprego, mudanças nos sistemas de protecção social e de pensões, a falta de formação e aprendizagem ao longo da vida criam grande incerteza sobre o futuro. Muitos participantes sublinharam que era tempo de acções mais concretas que tenham em conta os nossos debates, e isto é uma mensagem clara para o 5º Encontro. A EAPN foi solicitada para promover estas sugestões a todos os níveis políticos.

A forma como as coisas estão actualmente a nível da União Europeia, reina a confusão quanto à direcção a seguir. A dimensão social da Europa está numa encruzilhada. Neste contexto dos actuais debates sobre o futuro da estratégia de Lisboa, ao nível do emprego e dos serviços de interesse geral, a União dá aos seus cidadãos uma única imagem: a da competitividade, do crescimento e da criação de emprego a todo o custo. O debate sobre o orçamento europeu e os fundos

estruturais mostra que as prioridades nacionais estão a reduzir a solidariedade e a coesão social, e a União está a enfrentar uma crise de identidade.

O referendo em dois dos países fundadores da União mostra que os cidadãos europeus se sentem alienados dos processos de tomada de decisão, e do projecto europeu como um todo.

Mas, sejamos claros: neste período de desafios em relação ao futuro da União Europeia, há numerosas forças que lutam por uma Europa Social, por políticas de coesão social e ambientais, por mais participação nos processos de decisão, por solidariedade e justiça social. A EAPN é uma destas forças e constrói alianças para fortalecer a sua voz. Unamos as nossas forças nessa direcção. Cada um de nós tem um papel a desempenhar.

Uma outra Europa é possível, um outro mundo é possível.

Nota de Encerramento do Presidente do 4º Encontro
Professor Gaston SCHABER
Presidente do EPS/INSTEAD

Permitam-me concluir com uma nota que, espero, não seja demasiado pessoal, mas que constitui uma homenagem à vossa iniciativa:

Depois de mais de cinquenta anos de trabalho com – não para – as pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão social, este trabalho é muitas vezes intergeracional.

Nestes 50 anos, há mais de 30 que estou envolvido em equipas de investigação nacionais e internacionais, trabalhos que tentam não apenas respeitar as normas científicas, mas tentam igualmente que os resultados não sejam ignorados pelos decisores políticos. Assim, temos trabalhado com amostras largamente representativas, através de entrevistas a pessoas pobres e a outras mais favorecidas, temos coberto campos complexos que provavelmente deixaram lacunas na relação entre pobreza e riqueza, entre os que não têm poder e os poderosos...

Através destas duas esferas de envolvimento, temos estado em contacto directo com organizações que têm os seus próprios programas de trabalho, e as pessoas que vivem em situação de pobreza. O 4º Encontro modificou este estado de coisas: vocês demonstraram-nos de forma convincente que a colaboração estruturada entre pessoas que vivem em situação de pobreza e pessoas que não estão nesta situação mas que trabalham ao seu lado, pode ser tão relevante como produtivo. Este Encontro tornou claro que tal colaboração é não só possível, como essencial. Não tomem isto como uma simples forma de estilo: **estou já em contacto com certas delegações para ver como é que o trabalho aqui iniciado pode ser continuado.**

Façamos uma reflexão do que se passou nesta iniciativa: a primeira parte do nosso Encontro foi consagrada a questões importantes que resultaram dos Encontros anteriores: o emprego, a discriminação e o racismo, a liberalização dos serviços e o seu impacto nas pessoas que vivem em situação de pobreza, a necessidade da existência de mecanismos e estruturas para facilitarem a participação.

Estes dois dias tornaram claro que estas temáticas e preocupações não perderam o seu grau de urgência; estas preocupações foram uma presença de fundo, tanto nos *workshops* como na sessão plenária, ao tema específico do 4º Encontro – “Imagens e percepções da pobreza”.

Para ser ainda mais claro, a pobreza e o risco de pobreza não diminuíram durante as últimas décadas, muito pelo contrário, alargaram-se a outras franjas da população, aos trabalhadores, às pessoas cujo *background* educacional, formativo e experiência profissional, não lhes permite protegerem-se da precariedade e da pobreza. Permitam-me fazer uma breve referência aos últimos sessenta anos.

Depois da 2ª Guerra Mundial, e de **30 anos de crescimento e de desenvolvimento contínuo da riqueza**, a Comissão Europeia organizou em 1974 o primeiro seminário europeu de luta contra a pobreza que gerou uma série de programas europeus de luta contra a pobreza – sob variadas denominações, passando pelo termo “pobres” ao de “menos favorecidos” e depois “excluídos”. Apesar destas denominações

serem menos estigmatizantes, não são menos sintomáticas de uma precariedade que ganha cada vez maiores contornos e se espalha por todos os caminhos da vida.

Os 30 anos seguintes – que cobrem um importante período de mutações globais, aos níveis nacionais e nas suas interacções – leva-nos a uma situação na Europa – mas não unicamente – de crescimento contínuo onde 5 a 10% da população conhece melhores condições de vida, mas onde a repartição desta riqueza estagna ou mesmo regride, e onde a classe *media*, apesar de conhecer melhorias, está extremamente vulnerável à pobreza.

Isto aconteceu apesar de três séries de programas de luta contra a pobreza. Apesar de terem sido posicionados e “afinados” em abordagens mais gerais de desenvolvimento económico e de objectivos sociais. Apesar do desenvolvimento a todos os níveis de descrições, medidas e indicadores, de procedimentos mais ou menos sofisticados que são agora aplicados como rotinas na monitorização, de avaliação dos objectivos políticos e dos seus resultados e igualmente na identificação de boas práticas. (Mais precisamente, a Presidência Luxemburguesa organizará uma conferência sobre o tema “Continuar o processo de inclusão social”, com base num relatório científico da autoria de Tony Atkinson, Bea Cantillon, Eric Marlier e Brian Nolan. Este relatório ajuda a focalizar o processo de inclusão na implementação dos seus objectivos, na apresentação dos resultados visados e a sua avaliação relativa aos objectivos estabelecidos pelos Estados Membros da União Europeia).

Gostaria de insistir no seguinte: apesar de todos estes esforços e todas as iniciativas absolutamente essenciais, devemos admitir que pondo de parte as diferenças entre os Estados Membros, nem os nossos programas nacionais nem os programas europeus de luta contra a pobreza funcionaram... E as razões não residem unicamente na aplicação ou não das boas práticas nos diferentes Estados Membros...

Sem menosprezar o que foi conseguido até ao momento, devemos evoluir para um outro nível de reflexão, pesquisa e análise – que é ainda politicamente incorrecta e subdesenvolvida: a análise do poder, e a utilidade destas abordagens à luz do sistema global do poder. E simultaneamente, a análise ao nível local da relação das pessoas que vivem em situação de pobreza com o poder local. E a um nível similar – mas ainda não aceite – devemos analisar a ineficácia em matéria de governação dos países, das nações e dos Estados Membros relativamente aos sistemas de poder, isto é, o que nós actualmente chamamos de globalização económica e financeira e a suas regras implícitas.

Vou parar por aqui porque não desejo colocar-vos numa posição constrangedora relativamente às instituições que apoiam as vossas iniciativas. Eu continuarei o meu próprio caminho sem vos causar danos colaterais... mas gostaria de referir que não sou tão herético como possa parecer dizendo-vos que a resposta ao derrotismo pode ser o *empowerment* – e este é um objectivo do 4º Encontro. Não vou comentar estes objectivos por falta de tempo, mas eles são a fonte do vosso trabalho: e gostaria aqui de felicitar as sucessivas Presidências da União Europeia – a Bélgica em 2001, a Grécia em 2003, a Irlanda em 2003, o Luxemburgo em 2005 e a Áustria no próximo ano – pelo seu apoio.

Através do modesto mas verdadeiro envolvimento do Centro⁹ com o qual trabalho sobre o “Desenvolvimento Global da Rede”, sabemos que o *empowerment* das pessoas que vivem em situação de pobreza está na agenda do partenariado global, o que quer que isso signifique em termos de resultados. No livro de Deepa Narayan’s 2002 sobre “*Empowerment* e redução da pobreza”, podemos ler:

***Empowerment* é o desenvolvimento do potencial e das capacidades das pessoas em situação de pobreza para participar, para negociar com, influenciar, controlar e a exigir contas às autoridades que influenciam as suas vidas.**

Uma vez que a pobreza é multidimensional, as pessoas desfavorecidas precisam de um conjunto de recursos e capacidades a nível individual (como a saúde, a educação e a habitação) e a nível colectivo (como a capacidade de se organizar e mobilizar para definirem acções comuns para resolverem os seus problemas.

A capacitação das pessoas pobres requer a remoção de barreiras institucionais formais e informais que os impossibilitam de agir a fim de melhorarem o seu bem-estar – individual ou colectivo – e limita as suas escolhas. As autoridades formais incluem o estado, os mercados, a sociedade civil, os organismos internacionais; as instituições informais incluem normas de exclusão social, relações de exploração e corrupção.

Penso que esta abordagem não está muito longe da que esteve por detrás do nosso primeiro estudo sobre pobreza persistente realizado durante 1978-1980 em 7 regiões dos 5 países mais industrializados da Europa Comunitária de então ... Está também muito próxima da vossa própria abordagem.

Gostaria de concluir desejando-vos o sucesso que tanto merecem, e a todos nós a energia e a garra necessária para levar em frente todo este processo.

⁹Criado por incitação do Banco Mundial.